

EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2023-PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 059/2023**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBA (POR LOTE).

REGIME DE EXECUÇÃO: O regime de execução (indireta) será por preço unitário, ou seja, os serviços serão executados de forma parcelada, de acordo com as solicitações e necessidades do contratante.

LOCAL DO PREGÃO: www.bll.org.br e/ou <http://bllcompras.com> "Acesso Identificado no link - acesso publico"

INICIO DE RECEBIMENTO DA PROPOSTA

10 de novembro de 2023;
A PARTIR DAS 08:30 HORAS (Horário de Brasília-DF)

DATA DE ABERTURA DA PROPOSTA

27 de novembro de 2023;
Das 09:00h AS 09:30 HORAS (Horário de Brasília-DF)

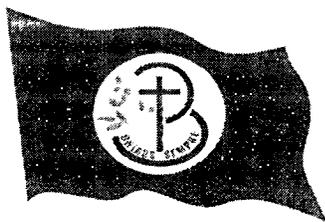
DATA DE ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇOS

27 de novembro de 2023;
HORA DE ABERTURA DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS
ÀS 10:00 HORAS (Horário de Brasília-DF).

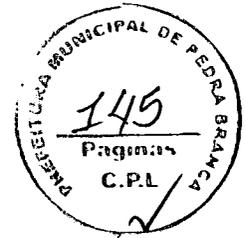
O(s) titular(es) da origem desta licitação torna(m) público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, nomeados pela **Portaria nº 060705/2022**, de 06 de JULHO de 2022, juntados ao processo administrativo de que trata esta licitação, receberá e abrirá no horário, data e local acima indicados, as **PROPOSTAS DE PREÇOS** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123 de 14 de Dezembro de 2006 e suas alterações posteriores.

Nesta licitação serão encontradas palavras, siglas e abreviaturas com os mesmos significados, conforme abaixo:

1. LICITAÇÃO: O procedimento de que trata o presente edital;
2. LICITANTE: Pessoa jurídica que participa desta licitação;
3. HABILITAÇÃO: Verificação atualizada da situação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira e regularidade fiscal que seja exigida neste edital, do vencedor da fase de proposta de preços;
4. ADJUDICATÁRIA: Pessoa jurídica vencedora da licitação, à qual será adjudicado o seu objeto;
5. CONTRATANTE: O Município de PEDRA BRANCA que é signatário do instrumento contratual;
6. CONTRATADA: Pessoa jurídica à qual foi adjudicado o objeto desta licitação, e é signatária do



PEDRA BRANCA



contrato com a Administração Pública;

7. PREGOEIRO: Servidor ou nomeado, designado por ato do titular do Poder Executivo Municipal, que realizará os procedimentos de recebimento das propostas de preços e da documentação de habilitação, abertura, condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço, adjudicação, quando não houver recurso, elaboração da ata, condução dos trabalhos da equipe de apoio e recebimento de impugnação ao edital e recursos contra seus atos;

8. EQUIPE DE APOIO: Equipe designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, formada por, no mínimo, 02 servidores que prestarão a necessária assistência à Pregoeira durante a realização do pregão;

9. AUTORIDADE SUPERIOR: É o titular do órgão ou entidade de origem desta licitação, incumbido de definir o objeto da licitação, elaborar seu termo de referência, orçamento e instrumento convocatório, decidir sobre impugnação ao edital, determinar a abertura da licitação, decidir os recursos contra atos do Pregoeiro, adjudicar o objeto ao vencedor, no caso de interposição de recurso, homologar o resultado da licitação por meio eletrônico e promover a celebração do contrato;

10. PMPB: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA;

11. DOE: Diário Oficial do Estado;

12. ÓRGÃO PROVEDOR DO SISTEMA: Bolsa de Licitações e Leilões, entidade conveniada com o Município de PEDRA BRANCA mediante Termo de Apoio Técnico-Operacional em vigor

1.0-DO OBJETO

1.1-A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE.**

1.2-Compõem o presente instrumento, os seguintes anexos:

I-TERMO DE REFERÊNCIA;

II-MINUTA DE CONTRATO;

III-MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E OBEDIÊNCIA AS CLÁUSULAS DO EDITAL;

IV-MODELO DE DECLARAÇÃO DO MENOR – ARTIGO 7º INCISO XXXIII DA CF/88.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1-Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

2.2-Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

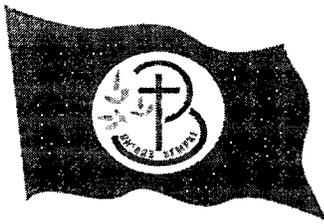
2.3- É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

2.4-Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

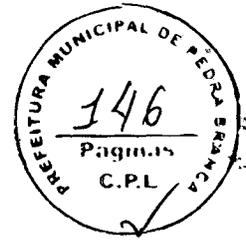
2.5-O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.6- O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil, conforme anexo.



PEDRA BRANCA



b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil, conforme anexo e

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do Pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. "A empresa participante do certame não deve ser identificada". Decreto nº 10.024/2019.

O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, anexo 04.

2.7 - microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1-O certame será conduzido por Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

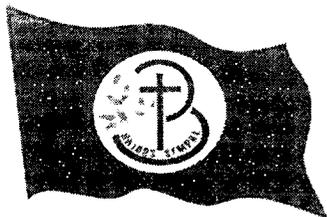
4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

4.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br e/ou <http://bllcompras.com>.

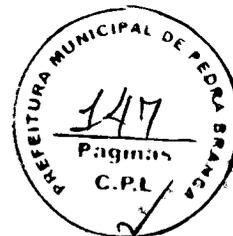
4.2 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer



PEDRA BRANCA



pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

4.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 - O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO:

4.7-A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

4.8 - Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.9 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.10 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.11 - Não haverá itens para participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.12 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.13- Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.13-A- proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.13-B- que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.13-C- estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.13-D- que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

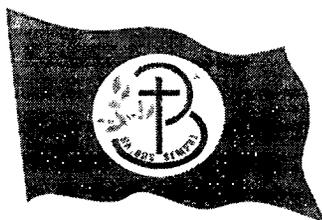
4.13-E- que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.13-F- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.14 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@www.bll.org.br e/ou www.bllcompras.com.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com, os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos, para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.



PEDRA BRANCA



5.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1- Valor unitário;

6.1.2- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços.

6.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

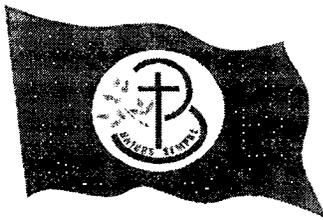
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

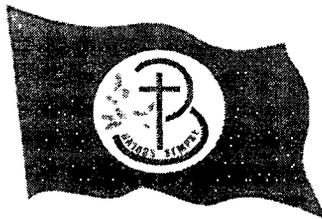
7.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



PEDRA BRANCA



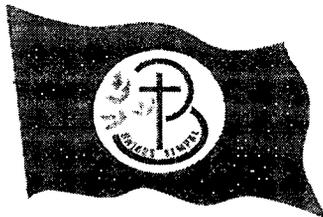
- 7.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE)**.
- 7.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.9 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.10 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13 - Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato por Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE)**, conforme definido neste Edital e seus anexos.



PEDRA BRANCA



- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.
- 7.21. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.28.1. no país;
 - 7.28.2. por empresas brasileiras;
 - 7.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.30.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (**Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário**), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita por Pregoeiro.

8.7. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.7.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

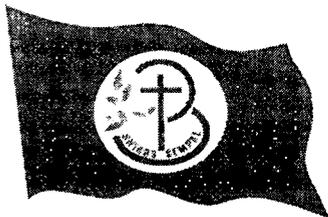
8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



PEDRA BRANCA



9.0- DA HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS

9.1-Os interessados não cadastrados na Prefeitura Municipal de PEDRA BRANCA, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação quanto à sua autenticidade e o seu prazo de validade.

9.2-Habilitação Jurídica:

- a) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa (firma individual), no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.
- b) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz. Se o contrato social não for consolidado deverão ser apresentados os aditivos posteriores ao contrato inicial e se consolidado, existindo alterações posteriores, também, essas serão exigidas.
- c) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.
- d) Certificado de Condição de Microempreendedor - CCMEI;
- e) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir:
 - e.1) Registro ou inscrição junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT;
- f) Cópia de documento oficial com foto de identificação de todos os sócios, diretores ou do empresário individual. No caso de sociedade anônima pode ser apresentada a cópia de documento oficial de identificação com foto de seus administradores, membros de conselho de administração e da diretoria acompanhadas dos atos que os nomearam.

9.3-REGULARIDADES FISCAL E TRABALHISTA:

9.3.1-Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda;

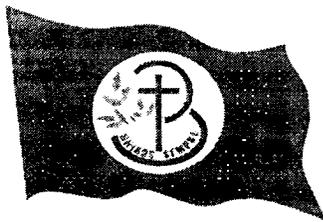
9.3.2-Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.3-Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.4-Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.5-Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.6-Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do licitante;



9.3.6.1-Casa a licitante seja considerada isenta de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda de seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.7-Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.4-QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, dissolução, ou liquidação, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Na hipótese de o documento não conter expressamente o prazo de validade o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão;

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhado de dre, com termo de abertura e encerramento, devidamente registrado, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC.

b.1) A comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos maior que ou igual a um (≥ 1) resultantes da aplicação das fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

b.2) O Microempreendedor Individual-MEI que no ano-calendário anterior não tenha auferido receita bruta de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), está dispensado da apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social na forma do item anterior, conforme art. 1.179 §2º do Código Civil e artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, entretanto deverá apresentar a DASNSIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual).

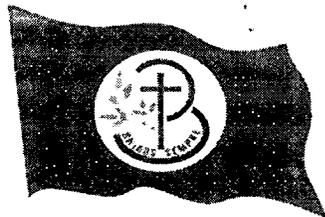
c) Prova de capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

9.5-QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) **Da qualificação técnica-operacional:** Comprovação de aptidão para execução do objeto, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado(s) de desempenho anterior fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

a.1) Os atestados ou certidões deverão ser fornecidos pelos respectivos proprietários dos serviços e deverão conter:

1. Nome e CNPJ da(s) entidade(s) atestante(s);
2. Nome e cargo/função do(s) representante(s) da(s) entidade(s) atestante(s) que vier(em) a assinar o(s) atestado(s);
3. Nome e CNPJ da entidade contratada pela(s) entidade(s) atestante(s) para a execução do objeto atestado;
4. Descrição detalhada do objeto atestado, contendo dados que permitam a aferição de sua similaridade com o objeto licitado, quantidades e prazos;
5. Data da emissão do atestado; e



PEDRA BRANCA



6. Assinatura do(s) representante(s) da(s) entidade(s) atestante(s).

a.2) Caso os atestados não contenham qualquer das informações mínimas requeridas, estes poderão estar acompanhados de documentos que contenham as informações que possam satisfazer a exigência, como cópia dos contratos firmados com os proprietários dos serviços atestados ou documento equivalente (carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, ordem de serviços, notas fiscais ou ainda outro capaz de permitir a aferição de sua similaridade com o objeto licitado). É facultado ao licitante tarjar cláusulas consideradas confidenciais, exceto identificação das partes, objeto contratado e data de emissão e vigência.

a.3) Caso não constem informações de contato no corpo do atestado, os números de telefones e e-mails deverão ser fornecidos em documentos a parte, a fim de que o Município possa contatar as entidades atestantes.

a.4) Na hipótese de empresas que prestaram serviços sob a forma de subcontratação, os atestados emitidos pelos contratados deverão ter anuência do Contratante Original.

a.5) Para a comprovação exigida, os licitantes deverão apresentar somente certidões e atestados pertinentes, evitando a inclusão de outros documentos supérfluos ou desnecessários.

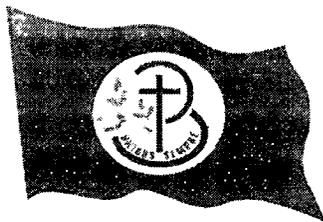
a.6) Poderão ser apresentados atestados oriundos de contratos distintos, desde que o somatório deles atenda totalmente cada um dos requisitos exigidos.

a.7) Nos atestados executados em consórcio, serão considerados apenas os serviços comprovados na proporção da participação da licitante na composição do consórcio.

a.8) Considerar-se-á a prova compatível em características, as de locação de veículos;

a.9) Considerar-se-á a prova compatível em quantidades, as de serviços de locação de veículos nas seguintes quantidades mínimas:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID.	QUANTIDADES
1		LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS			
LOTE 1					
1.1	PB-001	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CHP)	PRÓPRIA	H	1 056,00
1.2	PB-002	RETROESCAVADEIRA DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H	4.992,00
LOTE 2					
2.1	PB-003	MOTONIVELADORA (CHP)	PRÓPRIA	H	3.168,00
2.2	PB-004	CAVALO MECÂNICO C/ PRANCHA 3 EIXOS (CHP)	PRÓPRIA	H	384,00
LOTE 3					
3.1	PB-005	TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHP)	PRÓPRIA	H	1.056,00
3.2	PB-006	TRATOR DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H	1 056,00
LOTE 4					
4.1	PB-007	CAMINHÃO BASCULANTE 6M3 (CHP)	PRÓPRIA	H	6.240,00
4.2	PB-008	CAMINHÃO BASCULANTE 12M3 (CHP)	PRÓPRIA	H	3,744,00
LOTE 5					
5.1	PB-011	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHP)	PRÓPRIA	H	1.056,00
5.2	PB-012	COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO (CHP)	PRÓPRIA	H	384,00
LOTE 6					
6.1	PB-018	COMPACTADOR DE LIXO 12M ³ COM MOTORISTA	PRÓPRIA	H	2.880,00
6.2	PB-019	CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 136 (CHP)	PRÓPRIA	H	2.304,00



PEDRA BRANCA



b) Prova de registro ou inscrição da licitante e de seu(s) responsável(eis) técnico(s) no Conselho Regional de Administração - CRA;

c) **Da qualificação técnica-profissional:** comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior em curso conexo à Administração, com habilitação para atuar na área, objeto da licitação, devidamente registrado junto ao Conselho Regional de Administração - CRA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, que será feita mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CRA e acompanhados do RCA ou certidão de acervo técnico, observando-se as seguintes condições:

c.1) Os atestados ou certidões deverão estar registrados no conselho profissional competente;

c.2) Os atestados ou certidões deverão ser fornecidos pelos respectivos proprietários dos serviços e deverão conter:

1. Nome e CNPJ da(s) entidade(s) atestante(s);
2. Nome e cargo/função do(s) representante(s) da(s) entidade(s) atestante(s) que vier(em) a assinar o(s) atestado(s);
3. Nome e CNPJ da entidade contratada pela(s) entidade(s) atestante(s) para a execução do objeto atestado;
4. Descrição detalhada do objeto atestado, contendo dados que permitam a aferição de sua similaridade com o objeto licitado, quantidades e prazos;
5. Data da emissão do atestado; e
6. Assinatura do(s) representante(s) da(s) entidade(s) atestante(s).

c.3) Caso os atestados não contenham qualquer das informações mínimas requeridas, estes poderão estar acompanhados de documentos que contenham as informações que possam satisfazer a exigência, como cópia dos contratos firmados com os proprietários dos serviços atestados ou documento equivalente (carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, ordem de serviços, notas fiscais ou ainda outro capaz de permitir a aferição de sua similaridade com o objeto licitado). É facultado ao licitante tarjar cláusulas consideradas confidenciais, exceto identificação das partes, objeto contratado e data de emissão e vigência.

c.4) Caso não conste informações de contato no corpo do atestado, os números de telefones e e-mails deverão ser fornecidos em documentos a parte, a fim de que o Município possa contatar as entidades atestantes.

c.5) Na hipótese de empresas que prestaram serviços sob a forma de subcontratação, os atestados emitidos pelos contratados deverão ter anuência do Contratante Original.

c.6) Para a comprovação exigida, os licitantes deverão apresentar somente certidões e atestados pertinentes, evitando a inclusão de outros documentos superfluos ou desnecessários.

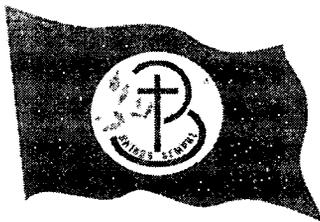
c.7) Poderão ser apresentados atestados oriundos de contratos distintos, desde que o somatório deles atenda totalmente cada um dos requisitos exigidos.

c.8) Nos atestados executados em consórcio, serão considerados apenas os serviços comprovados na proporção da participação da licitante na composição do consórcio.

c.9) Caso o atestado apresentado seja o mesmo utilizado como prova de aptidão técnica-operacional (experiência da empresa) e não conste a identificação do respectivo responsável técnico pelos trabalhos, deverá estar acompanhado de prova de vínculo com o profissional à época da execução dos serviços;

c.10) Considerar-se-á a prova compatível em características, os serviços de responsabilidade técnica por prestação de serviços de locação de veículos com ou sem operador;

c.11) Considerar-se-á a prova compatível em características semelhantes às do objeto do Edital, cujas parcelas mais relevantes são:



PEDRA BRANCA



ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID.
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS			
LOTE 1				
1.1	PB-001	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CHP)	PRÓPRIA	H
1.2	PB-002	RETROESCAVADEIRA DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H
LOTE 2				
2.1	PB-003	MOTONIVELADORA (CHP)	PRÓPRIA	H
2.2	PB-004	CAVALO MECÂNICO C/ PRANCHA 3 EIXOS (CHP)	PRÓPRIA	H
LOTE 3				
3.1	PB-005	TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHP)	PRÓPRIA	H
3.2	PB-006	TRATOR DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H
LOTE 4				
4.1	PB-007	CAMINHÃO BASCULANTE 6M3 (CHP)	PRÓPRIA	H
4.2	PB-008	CAMINHÃO BASCULANTE 12M3 (CHP)	PRÓPRIA	H
LOTE 5				
5.1	PB-011	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHP)	PRÓPRIA	H
5.2	PB-012	COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO (CHP)	PRÓPRIA	H
LOTE 6				
6.1	PB-018	COMPACTADOR DE LIXO 12M ³ COM MOTORISTA	PRÓPRIA	H
6.2	PB-019	CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 136 (CHP)	PRÓPRIA	H

d) Declaração que indique relação explícita e declaração formal de sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, dos veículos e pessoal, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação;

e) Em havendo dúvida acerca da veracidade do documento, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, poderão promover diligência junto a emitente, a fim de comprovar a veracidade do Atestado de Capacidade Técnica em questão; e:

I-Constatada a veracidade, será confirmada a habilitação da licitante;

II-Constatada a não veracidade, a licitante será inabilitada, sendo o fato encaminhado à Procuradoria-Geral do Município para que seja aberto processo administrativo, e comprovado o dolo, aplicadas as sanções administrativas cabíveis, conforme a legislação vigente.

f) Entende-se, para fins deste edital, como pertencente ao quadro permanente: sócio, diretor ou responsável técnico.

g) A comprovação de vinculação ao quadro permanente da licitante será feita:

g.1 Para sócio, mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto, contrato social consolidado ou contrato social e todos os aditivos.

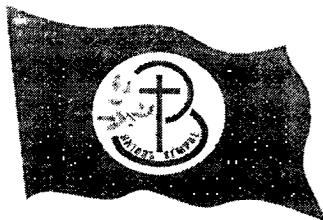
g.2 Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada junto ao órgão competente.

g.3 Se o responsável técnico não for sócio e/ou diretor da empresa, a comprovação se dará mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - devidamente assinada.

g.4 Contratos de prestação de serviços registrados em cartório.

9.6-Todos os licitantes deverão apresentar, ainda:

9.6.1-Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18



PEDRA BRANCA



(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999, conforme modelo em anexo.

9.6.2-Declaração de inexistência de impedimentos para licitar e contratar com a administração pública, conforme modelo em anexo.

9.7-Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

9.8-Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8.1-Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.2-Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9-A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.10-Constatao o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante estará habilitado para a fase de classificação.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

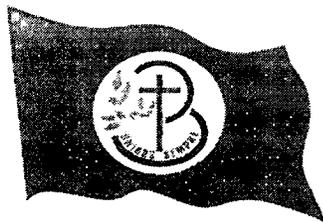
10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o



PEDRA BRANCA



prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

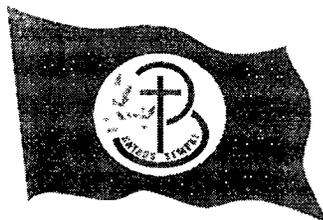
13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1-A adjudicação desta licitação em favor do licitante, cuja proposta de preços ou lance, se houver, seja classificado em primeiro lugar, caso não haja interposição de recurso, é da competência do Pregoeiro, e, caso haja interposição de recurso, da autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação, que também promoverá a homologação.

13.2-No caso de interposição de recurso, sendo a adjudicação da competência da autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação, decidido o recurso, este homologará o julgamento do Pregoeiro e adjudicará o objeto ao vencedor.

13.3-A autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação por escrito.

13.4 - O objeto somente será adjudicado após emissão de relatório de conformidade devidamente aprovado pela Autoridade Competente, de que trata a vistoria técnica prevista no termo de referência.



PEDRA BRANCA



14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

14.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.4. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.5. O contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da lei.

14.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15 - DA OBRIGAÇÃO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO

15.1- Arcar com todas as despesas inerentes à realização dos serviços, tais como: manutenção preventiva e corretiva, inclusive com reposição de peças, seguros, taxas, impostos e outros encargos que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, serão inteiramente de responsabilidade da CONTRATADA;

15.2- Comunicar previamente a CONTRATANTE, caso haja substituição de veículo durante a execução do contrato, apresentando também a documentação pertinente aos mesmos;

15.3- Utilizar veículos adequados e em conformidade com o art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

15.5- Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços.

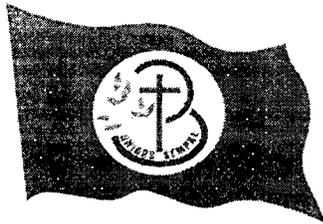
15.6- A quilometragem deverá ser livre, ou seja, sem qualquer tipo de limitação pré-estabelecida.

15.7- Os serviços licitados deverão ser iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da ORDEM DE SERVIÇO pela administração, no local definido pela CONTRATANTE, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos, no contrato e disposições constantes de sua proposta.

16 - DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO.

16.1- **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamentos de pessoal e material, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a execução do(s) objeto(s) licitado(s), inclusive a margem de lucro.

16.2- **PAGAMENTO:** O pagamento será realizado à CONTRATADA, quando regularmente solicitadas os serviços pelo MUNICÍPIO, segundo as autorizações de serviços expedidas, de conformidade com as notas fiscais devidamente atestadas pelos Gestores das despesas,



PEDRA BRANCA



acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais, todas atualizadas, observadas a condições da proposta e os preços.

16.3- Por ocasião da execução dos serviços o Contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome do Município de Pedra Branca - SECRETARIA DE COMPETÊNCIA.

16.4- O MUNICÍPIO efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, após o encaminhamento da documentação, observadas as disposições editalícias.

16.5- Caso for constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas à CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

16.6- Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal:

16.7- Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

16.8- Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço.

16.9- Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação, e antes de recebida a ordem de serviços, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

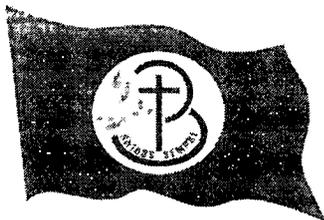
20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. As definições de sanções administrativas são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do portal da BLL (local de realização do pregão eletrônico).



PEDRA BRANCA



21.3. Caberá à Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada por Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br e/ou www.bllcompras.com, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1 As regras acerca da subcontratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



PREFEITURA DE
**PEDRA
BRANCA**
ADMINISTRAÇÃO



24-DA FONTE DE RECURSOS

24.1 - A fonte dos recursos e as rubricas orçamentárias estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

25 - DO FORO

25.1-Fica eleito o foro da Comarca de PEDRA BRANCA, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PEDRA BRANCA-CE, 09 de Novembro de 2023.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
EUDASIO FERNANDES CEZAR
Titular de origem da licitação



TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE.

ORGÃOS RESPONSÁVEIS:

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

1.0 - APRESENTAÇÃO, DISPOSIÇÕES GERAIS E CONDIÇÕES

1.1 Trata-se de termo de referência para subsidiar o processo de contratação do objeto do presente termo, que suprirá as demandas das atividades e ações desenvolvidos no âmbito dos órgãos demandantes, estabelecendo normas específicas para execução do contrato.

1.2 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.2.1 Os significados dos termos utilizados na presente especificação são os seguintes:

- a) **CONTRATANTE:** Município de Pedra Branca, através do respectivo órgão demandante;
- b) **CONTRATADA:** Licitante vencedora do certame licitatório, a quem será adjudicado o objeto desta licitação, após a assinatura do contrato;
- c) **FISCALIZAÇÃO:** Servidor(es) designado(s) formalmente para representar a CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos serviços.

1.3 CONDIÇÕES

1.3.1 PREPOSTO

1.3.1.1 Na execução do contrato, a CONTRATADA deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela FISCALIZAÇÃO, para, durante o período de vigência do contrato, representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

1.3.1.2 O preposto deverá se apresentar à respectiva unidade fiscalizadora em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes a execução do contrato relativos à sua competência.

1.3.1.3 O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas ao fornecimento dos bens.

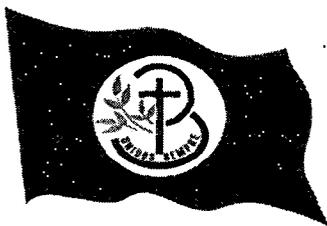
1.3.1.4 A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

2.0 - DAS JUSTIFICATIVAS

2.1.1 A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Município de Pedra Branca, vêm, após realizado planejamento visando atender a demanda de locomoções, limpeza pública, transporte de materiais e de pessoas, apresentar normas e planilhas que visam suprir esta necessidade.

2.1.2 Foi elaborada planilha de custos de modo a visualizar a Secretaria assim como suas respectivas peculiaridades e necessidades. Desta feita, cada órgão estabeleceu suas prioridades e o tipo de veículo que lhe atende melhor diante de cada situação. As quantidades levantadas fazem face as expectativas de suas próprias demandas.

1



2.1.3 A Contratação destes serviços serão de relevância para o bom andamento da coisa pública, de modo a que faz jus à sua própria razão de ser, prestar serviços em diversas áreas aos Municípes.

2.1.4 A contratação pretendida, atenderá o princípio da Eficiência, da legalidade como também da finalidade Pública.

2.1.5 O dimensionamento do quantitativo para o período abrangido, observou o número de usuários dos programas de políticas públicas, relatórios de produção dos serviços públicos, número de funcionários, público alvo atingido, número de viagens necessárias;

2.1.6 Pelo exposto, vários motivos impulsionam a contratação do serviço, segundo a necessidade que será atendida, como a de humanização dos serviços públicos, disponibilização dos recursos logísticos e operacionais para atender a demanda de funcionalidade dos órgãos promoventes da licitação.

2.2 DA APTIDÃO TÉCNICA DOS INTERESSADOS

2.2.1 A adoção de critérios objetivos para aferição da aptidão técnica dos licitantes, se mostra necessária ante a natureza e o vulto da contratação para atender as necessidades de diversos órgãos que compõem a Administração Municipal, o que, indiscutivelmente, requererá das futuras contratadas um certo grau de experiência operacional e logística para executar o objeto a contento da Administração, evitando intercorrências, desagradáveis como sua inexecução parcial ou total, ocasionando prejuízo às ações e serviços públicos que dependem em maior ou menor grau dos serviços a serem licitados.

2.2.2 Para a plena satisfação do objeto, atingindo assim os resultados pretendidos pela Administração, deverá ser verificada a experiência das licitantes, que deverão comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para a execução do objeto, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

2.2.3 Assim, com o intuito de compatibilizar a segurança da Administração na boa execução contratual e a ampla participação no certame licitatório de proponentes devidamente aptos, foram apontadas critérios de qualificação técnica, determinando alguns requisitos desejáveis e imprescindíveis para garantir a execução do objeto dentro dos padrões de qualidade esperados, como prova de registro e inscrição dos proponentes no Conselho Regional de Administração - CRA, tendo em vista que a execução dos serviços demanda conhecimento de profissionais das áreas conexas à administração, sendo, portanto, atividades privativas do campo de atuação desses profissionais, é o caso de se ter conhecimentos técnicos específicos no tocante à gestão de pessoas, equipamentos, materiais e suprimentos e de organização, métodos e sistemas, em consequência os proponentes deverão manter vínculo com responsável técnico pelos trabalhos de nível superior em curso superior conexo à administração, com habilitação para atuar na área, objeto da licitação, tendo em vista as competências destes profissionais mantém íntima relação com o objeto a ser satisfeito.

2.2.4 Tal requisito encontra guarida na recomendação do Conselho Regional de Administração do Ceará - CRA/CE, que através do ofício circular nº 0021/2021/CRA-CE/DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO, de 20 de maio de 2021, recomenda a inclusão de requisito de prova de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CRA) nos editais de licitação cujos objetos prevejam contratação de serviços relacionados à área da administração, para especial cumprimento do art. 15 da Lei nº 4.769/65, que prevê a obrigatoriedade do registro de pessoas jurídicas que exploram sob qualquer forma, atividades privativas do campo de atuação dos profissionais sujeitos à fiscalização daquela autarquia.

2.2.5 Conforme sistema de habilitação adotada pela Lei Federal nº 8.666/93, a Administração deverá analisar a qualificação técnica das interessadas (qualificação técnica-operacional e técnica-profissional), com o objetivo de aferir se dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamentos técnico-humanos suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado, assim, tendo em vista as peculiaridades do objeto a ser satisfeito, ficam definidos como parâmetros para aferição de capacitação técnica, a experiência na execução de objeto compatível com o da licitação, sendo considerada apta a que demonstrar que autouou ou esteja atuando na execução de objeto similar



durante um período mínimo de 12 (doze) meses, tendo em vista que os serviços são contínuos, devidamente anexados os documentos probatórios, como atestados, contratos, relatórios dos portais da transparência pública, ou ainda outros documentos hábeis a demonstrar referida expertise. (Exigência amparada pelo Acórdão n.º 914/2019-Plenário/TCU, Acórdão n.º 2308/2012-Plenário/TCU, Acórdão n.º 2924/2019-Plenário/TCU, pela Súmula 263/TCU, Acórdão n.º 2.939/2010 – Plenário/TCU, Acórdão n.º 3.390/2011 – 2ª Câmara/TCU, Acórdão n.º 3.070/2013 – Plenário-TCU que invoca TC 019.452/2005-4; Acórdão 534/2016-Plenário/TCU e entendimento do STJ no REsp 466.286/SP);

2.2.6 Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados por execução de objeto de complexidade operacional equivalente ou superior, assim entendidos como o de locação de veículos com operador/motorista para transporte de carga e durante um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.2.7.1 Fica esclarecido que qualquer prova de prestação de serviços de locação de veículos com operador/motorista para transporte de carga, será contabilizada para aferição das exigências mínimas;

2.2.7.2 Quanto ao cômputo do prazo mínimo, as provas de prestação de serviços poderão ser somadas para aferição do requisito.

2.2.8 Deverá ser exigida, sob pena de desclassificação, se não o fizer, nos termos do §6º do art. 30 da lei 8666/93, declaração que indique relação explícita e declaração formal de sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, dos veículos e pessoal, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação;

2.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA DAS INTERESSADAS

2.3.1 Em razão do vultuoso valor estimado da contratação, as interessadas deverão apresentar as provas de capacidade econômicas previstas no art. 31, inc. I e II, e §§ 1º, 2º, 3º e 5º da Lei 8.666/93.

2.3.2 Deverá apresentar comprovação de boa situação financeira da empresa, conforme índices destacados na qualificação econômico-financeira neste termo.

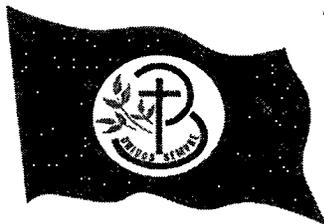
2.3.3 As partícipes deverão apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, constituído minimamente de demonstração do resultado do exercício, uma vez que com essa demonstração, é possível ter uma visão sintetizada e estruturada dos principais indicadores financeiros do negócio, entendendo de maneira transparente os resultados, se houve lucro ou prejuízo e a razão.

2.3.4 Por derradeiro, reitera-se que em função de vultuosa contratação, as partícipes deverão, ainda, apresentar prova de capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta.

2.4 DA DIVISÃO DO OBJETO

2.4.1. O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93, nesse caso se demonstra técnica e economicamente viável, já que os lotes aglutinam parcelas do objeto conforme natureza/características do mesmo, e não tem finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa tão somente assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também atingir a sua finalidade efetivamente que é a de atender a contento as necessidades da Administração pública.

2.4.2 Haja vista também que a licitação por itens, isolada exigirá elevado número de processos licitatórios/disputas, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego, de recursos humanos e da dificuldade de controle colocando em risco a economia de escala, celeridade processual, eficiência, por fim, perda da não consecução dos fins desejados e comprometendo ainda mais a seleção da Proposta de Preços mais vantajosa para a administração,



nos termos do acórdão nº 5301/2013 - segunda câmara TC 009.965/2013-0 TCU, relator Ministro-substituto André Luís de Carvalho, 3.9.2013.

2.4.3 A escolha da divisão dos itens em LOTES justifica-se em virtude de suas características, eficiência na fiscalização dos contratos e pela celeridade na conclusão de seu processo licitatório.

2.5.4 Em vista do método utilizado para divisão objeto, ele será disposto da forma prevista no tópico "do objeto da disputa", constante no presente termo:

2.5 DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.5.1 Deverá ser elegida a modalidade **PREGÃO**, tendo em vista que o objeto pretendido atende a hipótese de bem comum previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002, na sua forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO (GLOBAL)** por lote, com modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, com regime de execução indireta de empreitada por preço unitário.

3.0 - OBJETO: O objeto do presente termo versa sobre **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE.**

3.1 ESPECIFICAÇÕES, ORÇAMENTO:

3.1.1 DAS ESPECIFICAÇÕES, NECESSIDADES E QUANTITATIVOS

3.1.1.1 As informações referentes às especificações, quantitativos, prazos e condições de execução, foram levantados em fase preliminar à fase interna da licitação pelo(s) setor(es) demandante(s) do Governo Municipal, onde, identificaram, justificaram e descreveram a necessidade da aquisição em anteprojeto.

3.1.1.2 O dimensionamento do quantitativo estimado está disposto por projeto/atividade conforme planilha constante no ANEXO I-A do presente termo.

3.1.3 ESPECIFICIDADES DOS SERVIÇOS

3.1.3.1 As quantidades e os empenhos serão solicitados de acordo com a demanda;

3.1.3.2 Os serviços deverão possuir as especificações mínimas exigidas.

3.1.3.3 Caso o serviço não esteja de acordo com as especificações, a CONTRATADA deverá apresentar carta de compromisso onde se responsabiliza pela adequação do serviço no prazo de até 48h (quarenta e oito horas).

3.1.3.4 O serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 1 (dia) dia útil a partir da data da ordem de serviço e deverão transportar água potável nas quantidades definidas pela CONTRATANTE;

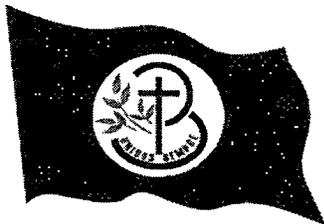
3.1.3.5 A CONTRATADA disponibilizará os veículos para vistoria em até 05 (cinco) dias contados a partir da convocação formal e, em igual número de dias para início dos serviços, objeto desta licitação, após a emissão da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.

3.1.3.6 Os veículos disponibilizados para locação deverão atender às especificações contidas no projeto básico, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental, regulamentadas pelo DENATRAN E DETRAN-CE, bem como todas as normas, especificações e métodos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tenham relação com os serviços objeto do contrato.

3.1.3.7 Os bens poderão ser alterados no curso da execução contratual, mediante apresentação de justificativas aceitas pela Administração e desde que mantidas as especificações técnicas contidas na proposta.



- 3.1.3.8 A locação dos bens se dará mediante a disponibilização dos veículos e nos locais indicados pelo órgão contratante.
- 3.1.3.9 Os bens deverão corresponder às especificações contidas neste documento.
- 3.1.3.10A CONTRATADA deverá disponibilizar os bens devidamente licenciados em cada caso.
- 3.1.3.11Os bens serão utilizados no regime de quilometragem devem observar as quantidades contratadas e as regras legais de acréscimos e supressões.
- 3.1.3.12A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e manutenção corretiva dos bens e os equipamentos neles instalados, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo e/ou do equipamento) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.
- 3.1.3.13Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores, itens de suspensão no geral, e outros necessários ao perfeito funcionamento dos bens.
- 3.1.3.14A CONTRATADA deverá realizar a lavagem completa dos bens sempre que necessário.
- 3.1.3.15A CONTRATADA deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como à verificação do balanceamento do conjunto roda - pneus, e conferência do alinhamento da direção.
- 3.1.3.16Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread Wear Indicators).
- 3.1.3.17A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 4h (quatro horas), os bens que estejam indisponíveis, sejam em razão de sinistros, revisão, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança.
- 3.1.3.18As substituições deverão ocorrer nas dependências do órgão contratante, podendo, em situações excepcionais, mediante autorização expressa do gestor do contrato, ocorrer nas dependências da CONTRATADA.
- 3.1.3.19Não havendo substituição do veículo, por qualquer motivo, no prazo previsto, fica resguardado ao órgão contratante o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, portanto, não cabendo faturamento e a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas no contrato.
- 3.1.3.20A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados.
- 3.1.3.21Antes de realizar o pagamento, a CONTRATADA deverá aguardar a conclusão dos processos referentes aos recursos previstos pela legislação.
- 3.1.3.22Ao órgão CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços ou fornecimentos considerados inadequados pelo gestor.
- 3.1.3.23Os veículos, por intermédio dos quais ocorrerão a prestação dos serviços de que este instrumento trata, deverão ser do tipo conhecido como carro-pipa e ter capacidade, aferida com hidrômetro digital, para transporte de no mínimo 10.000 litros e no máximo 16.000 litros, devidamente equipados com moto-bomba.
- 3.1.3.24 O vencedor do certame deverá procurar encarregado da vistoria, após declaração do resultado do certame, para submeter o(s) seu(s) veículo(s) à vistoria.
- 3.1.3.25 Servidor designado pela Administração realizará as vistorias dos veículos;
- 3.1.3.26 Para ocorrência da vistoria, o(a) proponente ou o seu representante legal deverá ser identificado e apresentar: a documentação relativa ao veículo:
- 3.1.3.26.1 Documentação original (CRV e CRLV) relativa a(o) carro(s)-pipa a ser(em) vistoriados; e
- 3.1.3.26.2 Alvará da Vigilância Sanitária, a atestar as condições do(s) tanque(s) dos veículos para transporte de água potável.
- 3.1.3.27 O(a) requerente deverá comprovar que o veículo satisfaz às condições técnicas exigidas para prestação dos serviços, mediante apresentação de atestado expedido pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) ou por empresa ou ente credenciado para realização de inspeção



veicular e, na falta de ambos, por hidrômetro ou balança rodoviária ou (CAGECE), aferido por Pessoa Jurídica devidamente especializada. Isso não dispensa o referido Alvará da vigilância Sanitária;

3.1.3.28 Somente serão considerados aptos os veículos que detiverem as condições exigidas para uso na prestação dos referidos serviços, considerados, para tanto, os resultados da aludida avaliação;

3.1.3.29 Poderá acontecer substituição do (s) veículo (s) vinculado (s) ao contrato, desde que não haja alteração da capacidade do tanque e que ocorra sua aprovação junto ao órgão promovente da licitação.

3.1.4 DOS VEÍCULOS:

3.1.4.1 No que não constar no item anterior, as Pessoas Jurídicas deverão atender ao disposto nos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), devendo o(s) veículo(s) possuir(rem):

- Cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros.
- Seguro contra acidentes.
- Registrador de velocidade (tacógrafo);

3.1.4.2. Os veículos deverão ser identificados conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

3.1.5. DOS MOTORISTAS:

13.3.1. Os motoristas dos veículos afetos à execução do serviço deverão estar devidamente habilitados conforme a categoria do veículo que irão conduzir, nos termos da determinação do Código de Trânsito Brasileiro, devendo satisfazer os seguintes requisitos:

- Estar em boas condições de saúde;
- Ter idade superior a vinte e um (21) anos;
- ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN;
- O motorista deverá estar com as vestimentas adequadas para a prestação de serviços com qualidade e segurança;

3.1.6 DAS NORMAS GERAIS DE CONDUTA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1.6.1 Os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas do serviço contratado, conforme consta das especificações técnicas deste anexo:

- Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da contratante;
- Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;
- Observar normas de comportamento profissional;
- Cumprir as normas internas do órgão;
- Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- Levar ao conhecimento do preposto, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes da contratante;
- Tratar a todos com urbanidade;
- Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização;
- Zelar pela preservação do patrimônio da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;



3.1.7 DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO SERVIÇO

3.1.7.1 São atribuições da CONTRATADA:

- a) Realizar os serviços objeto desta contratação, nos prazos fixados, contados do recebimento da Ordem de Serviço;
- b) Acatar as orientações da FISCALIZAÇÃO do contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- c) Prestar esclarecimento à contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, quando solicitado;
- d) Responder por danos/desaparecimento causados ao patrimônio da contratante, aos seus servidores e a terceiros, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados ou prepostos;
- e) Substituir imediatamente, com a prévia anuência da CONTRATANTE, qualquer empregado considerado inconveniente à ordem ou às normas disciplinares da CONTRATANTE, ou no caso de afastamento, falta, impedimento legal ou férias, de maneira que o andamento e a boa execução dos serviços não sejam prejudicados;
- f) Observar a legislação aplicável ao serviço, inclusive no que se refere às normas de Segurança e Medicina do Trabalho e de sustentabilidade;
- g) Comunicar à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, no prazo de vinte e quatro horas, os motivos de ordem técnica que impossibilitaram o cumprimento dos prazos previstos;
- h) Comunicar à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE ou ao servidor designado, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- i) Entregar à FISCALIZAÇÃO documento demonstrando a disposição adequada dos resíduos provenientes do processo de manutenção.

3.1.8 DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

3.1.8.1 Quanto à execução:

- 3.1.8.1.1 Os serviços serão iniciados no prazo de 01 (um) dia útil a partir da ordem de serviços.
- 3.1.8.1.2 No caso de impossibilidade de cumprimento dos prazos acima deverá ser apresentada justificativa por escrito ao gestor do contrato, que decidirá como agir, podendo ser esta comunicação através de e-mail.

3.1.9 Quanto ao recebimento:

- 3.1.9.1 PROVISORIAMENTE, o recebimento acontecerá de forma parcial a cada recebimento de Solicitação de Serviço executada e aprovação das Notas fiscais pelo gestor do contrato.
- 3.1.9.2 DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.
- 3.1.10 A atestação de conformidade dos serviços prestados será realizada pela FISCALIZAÇÃO. Caso estes sejam rejeitados, a CONTRATADA deverá refazê-los, imediatamente.
- 3.1.11 Assim, a aceitabilidade do objeto se subordina ao atendimento tácito deste termo, ou seja, os produtos/serviços entregues/fornecidos deverão estar em conformidade com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência e com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo ao prestador o cumprimento das condições estipuladas no instrumento convocatório, na sua proposta e no contrato, no momento da formalização da entrega, inclusive quanto ao preço.



3.1.13. DA SUBCONTRATAÇÃO

3.1.13.1. É vedada a subcontratação da frota de veículos a serem utilizados acima de 80% (oitenta por cento) dos veículos necessários durante toda a execução do contrato.

3.1.13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

3.1.13.3. A autorização para subcontratação é ato discricionário da Administração, no contratado, produzir direito para si, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

3.1.13.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.1.14 DO REFERENCIAL DE PREÇOS E ORÇAMENTO BÁSICO

3.1.14.1. O presente objeto tem orçamento básico estimado em sua totalidade em R\$ 7.523.623,67 (Sete Milhões, Quinhentos e Vinte e Três Mil, Seiscentos e Vinte e Três Reais e Sessenta e Sete Centavos).

3.1.14.2 O quantitativo do objeto licitado está distribuído entre projeto/atividade conforme respectivas requisições apenas aos autos, cujo orçamento por órgão é o seguinte:

ÓRGÃO	DISPÊNDIO ESTIMADO 12 (DOZE) MESES
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	R\$ 7.523.623,67
TOTAL GERAL	

3.0 DO OBJETO DA DISPUTA

4.1 O Objeto da licitação será disputado conforme planilha abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID.	QUANT. HORAS MENSAL	QUANT. HORAS ANUAL	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL ANUAL (R\$)
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS								
LOTE 1									
1.1	PB-001	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	122,02	21.475,52	257.706,24
1.2	PB-002	RETROESCAVADEIRA DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H	832,00	9.984,00	58,10	48.339,20	580.070,40
VALOR TOTAL DO LOTE 01								69.814,72	837.776,64
LOTE 2									
2.1	PB-003	MOTONIVELADORA (CHP)	PRÓPRIA	H	528,00	6.336,00	132,46	69.938,88	839.266,56
2.2	PB-004	CAVALO MECÂNICO PRANCHA 3 EIXOS (CHP) C/	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	154,18	9.867,52	118.410,24
VALOR TOTAL DO LOTE 02								79.806,40	957.676,80



LOTE 3									
3.1	PB-005	TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	144,20	25.379,20	304.550,40
3.2	PB-006	TRATOR DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	36,09	6.351,84	76.222,08
VALOR TOTAL DO LOTE 03								31.731,04	380.772,48
LOTE 4									
4.1	PB-007	CAMINHÃO BASCULANTE 6M3 (CHP)	PRÓPRIA	H	1.040,00	12.480,00	74,04	77.001,60	924.019,20
4.2	PB-008	CAMINHÃO BASCULANTE 12M3 (CHP)	PRÓPRIA	H	624,00	7.488,00	82,07	51.211,68	614.540,16
4.3	PB-009	CAMINHÃO TANQUE 8.000 L (CHP)	PRÓPRIA	H	192,00	2.304,00	84,24	16.174,08	194.088,96
4.4	PB-010	CAMINHÃO TANQUE 6.000 L (CHP)	PRÓPRIA	H	192,00	2.304,00	79,22	15.210,24	182.522,88
VALOR TOTAL DO LOTE 04								159.597,60	1.915.171,20
LOTE 5									
5.1	PB-011	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	171,98	30.268,48	363.221,76
5.2	PB-012	COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	56,93	3.643,52	43.722,24
5.3	PB-013	COMPAC. DE PNEUS PRES. VAR. AUTOPR. (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	99,80	6.387,20	76.646,40
5.4	PB-014	COMPACTADOR DE PLACA VIBRATÓRIA HP 4 (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	21,63	1.384,32	16.611,84
5.5	PB-015	COMPAC. PÉ DE CARNEIRO VIBRAT. AUTOPROP. (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	93,07	5.956,48	71.477,76
5.6	PB-016	VIBRO ACABAD. DE MISTURA BETUM. (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	161,56	10.339,84	124.078,08
5.7	PB-017	CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE LIGANTE (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	119,99	7.679,36	92.152,32
VALOR TOTAL DO LOTE 05								65.659,20	787.910,40
LOTE 6									
6.1	PB-018	COMPACTADOR DE LIXO 12M ³ COM MOTORISTA	PRÓPRIA	H	480,00	5.760,00	103,47	49.665,60	595.987,20
6.2	PB-019	CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 136 (CHP)	PRÓPRIA	H	384,00	4.608,00	72,26	27.747,84	332.974,08
6.3	PB-020	ROCADEIRA REBOCÁVEL (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	4,89	860,64	10.327,68
6.4	PB-021	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO F4000 COM MOTORISTA	PRÓPRIA	H	192,00	2.304,00	52,29	10.039,68	120.476,16
VALOR TOTAL DO LOTE 06								88.313,76	1.059.765,12
TOTAL SIMPLES								494.922,72	5.939.072,64
VALOR DO BDI - 26,68%								132.045,38	1.584.544,58
TOTAL GERAL								626.968,10	7.523.617,22

5.0 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da contratação correrão pela fonte de recursos do(s) órgão(s)/entidade(s) demandantes, consignados no Orçamento deste município, nas seguintes rubricas orçamentárias:

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Dotação Orçamentaria: 0301.04.122.0037.2.007

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte de Recurso: 1.700.0000.00



6.0 - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 - O objeto será solicitado de forma parcelada, conforme necessidade, de acordo com as especificações do edital, no Termo de Referência e instrumento contratual.

6.2- A execução do fornecimento será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por intermédio do órgão contratante.

6.3- A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do órgão contratante.

6.4- Quaisquer exigências de fiscalização inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pelo licitante, sem qualquer ônus para o órgão contratante.

7.0-PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

7.1 - **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento dos produtos licitados, inclusive a margem de lucro.

7.2 - **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o atesto do recebimento, diretamente pelo órgão contratante.

7.2.1- Para fins de pagamento a empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao CRC ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

7.2.3- Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o órgão contratante.

7.2.4- A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela Contratada, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

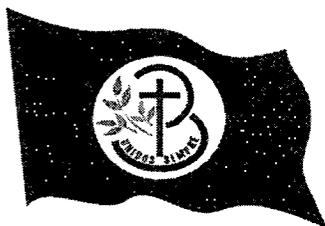
7.3 - **REAJUSTE:** O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

7.4 - **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

8 DA HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa (firma individual), no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.
- b) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz. Se o contrato social não for consolidado deverão ser apresentados os aditivos posteriores ao contrato inicial e se consolidado, existindo alterações posteriores, também, essas serão exigidas.



- c) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.
- d) Certificado de Condição de Microempreendedor - CCMEI;
- e) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir:
 - e.1) Registro ou inscrição junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT;
- f) Cópia de documento oficial com foto de identificação de todos os sócios, diretores ou do empresário individual. No caso de sociedade anônima pode ser apresentada a cópia de documento oficial de identificação com foto de seus administradores, membros de conselho de administração e da diretoria acompanhadas dos atos que os nomearam.

8.2- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- d) Prova de regularidade para com a fazenda estadual mediante a apresentação Certidão Negativa de Débitos Estaduais de seu domicílio ou sede;
- e) Prova de regularidade para com a fazenda municipal mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais de seu domicílio ou sede (Geral ou ISS);
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em conformidade com o disposto na CLT com as alterações da Lei Nº. 12.440/11 - DOU de 08/07/2011.
- h) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, aos licitantes enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, e deverá apresentar Declaração;
- i) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- j) A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito a registrar o preço, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da respectiva ata, ou a revogação da licitação;

8.3- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) **Da qualificação técnica-operacional:** Comprovação de aptidão para execução do objeto, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado(s) de desempenho anterior fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

a.1) Os atestados ou certidões deverão ser fornecidos pelos respectivos proprietários dos serviços e deverão conter:

1. Nome e CNPJ da(s) entidade(s) atestante(s);



2. Nome e cargo/função do(s) representante(s) da(s) entidade(s) atestante(s) que vier(em) a assinar o(s) atestado(s);
3. Nome e CNPJ da entidade contratada pela(s) entidade(s) atestante(s) para a execução do objeto atestado;
4. Descrição detalhada do objeto atestado, contendo dados que permitam a aferição de sua similaridade com o objeto licitado, quantidades e prazos;
5. Data da emissão do atestado; e
6. Assinatura do(s) representante(s) da(s) entidade(s) atestante(s).

a.2) Caso os atestados não contenham qualquer das informações mínimas requeridas, estes poderão estar acompanhados de documentos que contenham as informações que possam satisfazer a exigência, como cópia dos contratos firmados com os proprietários dos serviços atestados ou documento equivalente (carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, ordem de serviços, notas fiscais ou ainda outro capaz de permitir a aferição de sua similaridade com o objeto licitado). É facultado ao licitante tarjar cláusulas consideradas confidenciais, exceto identificação das partes, objeto contratado e data de emissão e vigência.

a.3) Caso não constem informações de contato no corpo do atestado, os números de telefones e e-mails deverão ser fornecidos em documentos a parte, a fim de que o Município possa contatar as entidades atestantes.

a.4) Na hipótese de empresas que prestaram serviços sob a forma de subcontratação, os atestados emitidos pelos contratados deverão ter anuência do Contratante Original.

a.5) Para a comprovação exigida, os licitantes deverão apresentar somente certidões e atestados pertinentes, evitando a inclusão de outros documentos supérfluos ou desnecessários.

a.6) Poderão ser apresentados atestados oriundos de contratos distintos, desde que o somatório deles atenda totalmente cada um dos requisitos exigidos.

a.7) Nos atestados executados em consórcio, serão considerados apenas os serviços comprovados na proporção da participação da licitante na composição do consórcio.

a.8) Considerar-se-á a prova compatível em características, as de locação de veículos;

a.9) Considerar-se-á a prova compatível em quantidades, as de serviços de locação de veículos nas seguintes quantidades mínimas:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FUNTE	UNID.	QUANTIDADES
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS				
LOTE 1					
1.1	PB-001	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CHP)	PRÓPRIA	H	1.056,00
1.2	PB-002	RETROESCAVADEIRA DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H	4.992,00
LOTE 2					
2.1	PB-003	MOTONIVELADORA (CHP)	PRÓPRIA	H	3.168,00
2.2	PB-004	CAVALO MECÂNICO C/ PRANCHA 3 EIXÓS (CHP)	PRÓPRIA	H	384,00
LOTE 3					
3.1	PB-005	TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHP)	PRÓPRIA	H	1.056,00
3.2	PB-006	TRATOR DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H	1.056,00
LOTE 4					
4.1	PB-007	CAMINHÃO BASCULANTE 6M3 (CHP)	PRÓPRIA	H	6.240,00
4.2	PB-008	CAMINHÃO BASCULANTE 12M3 (CHP)	PRÓPRIA	H	3.744,00
LOTE 5					
5.1	PB-011	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHP)	PRÓPRIA	H	1.056,00
5.2	PB-012	COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO (CHP)	PRÓPRIA	H	384,00



LOTE 6					
6.1	PB-018	COMPACTADOR DE LIXO 12M ³ COM MOTORISTA	PRÓPRIA	H	2.880,00
6.2	PB-019	CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 136 (CHP)	PRÓPRIA	H	2.304,00

b) Prova de registro ou inscrição da licitante e de seu(s) responsável(eis) técnico(s) no Conselho Regional de Administração - CRA;

c) **Da qualificação técnica-profissional:** comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior em curso conexo à Administração, com habilitação para atuar na área, objeto da licitação, devidamente registrado junto ao Conselho Regional de Administração - CRA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, que será feita mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CRA e acompanhados do RCA ou certidão de acervo técnico, observando-se as seguintes condições:

c.1) Os atestados ou certidões deverão estar registrados no conselho profissional competente;

c.2) Os atestados ou certidões deverão ser fornecidos pelos respectivos proprietários dos serviços e deverão conter:

1. Nome e CNPJ da(s) entidade(s) atestante(s);
2. Nome e cargo/função do(s) representante(s) da(s) entidade(s) atestante(s) que vier(em) a assinar o(s) atestado(s);
3. Nome e CNPJ da entidade contratada pela(s) entidade(s) atestante(s) para a execução do objeto atestado;
4. Descrição detalhada do objeto atestado, contendo dados que permitam a aferição de sua similaridade com o objeto licitado, quantidades e prazos;
5. Data da emissão do atestado; e
6. Assinatura do(s) representante(s) da(s) entidade(s) atestante(s).

c.3) Caso os atestados não contenham qualquer das informações mínimas requeridas, estes poderão estar acompanhados de documentos que contenham as informações que possam satisfazer a exigência, como cópia dos contratos firmados com os proprietários dos serviços atestados ou documento equivalente (carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, ordem de serviços, notas fiscais ou ainda outro capaz de permitir a aferição de sua similaridade com o objeto licitado). É facultado ao licitante tarjar cláusulas consideradas confidenciais, exceto identificação das partes, objeto contratado e data de emissão e vigência.

c.4) Caso não conste informações de contato no corpo do atestado, os números de telefones e e-mails deverão ser fornecidos em documentos a parte, a fim de que o Município possa contatar as entidades atestantes.

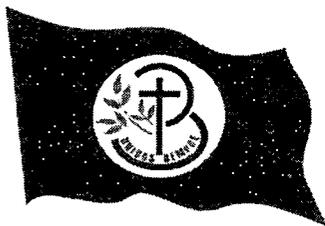
c.5) Na hipótese de empresas que prestaram serviços sob a forma de subcontratação, os atestados emitidos pelos contratados deverão ter anuência do Contratante Original.

c.6) Para a comprovação exigida, os licitantes deverão apresentar somente certidões e atestados pertinentes, evitando a inclusão de outros documentos superfluos ou desnecessários.

c.7) Poderão ser apresentados atestados oriundos de contratos distintos, desde que o somatório deles atenda totalmente cada um dos requisitos exigidos.

c.8) Nos atestados executados em consórcio, serão considerados apenas os serviços comprovados na proporção da participação da licitante na composição do consórcio.

c.9) Caso o atestado apresentado seja o mesmo utilizado como prova de aptidão técnica-operacional (experiência da empresa) e não conste a identificação do respectivo responsável técnico pelos trabalhos, deverá estar acompanhado de prova de vínculo com o profissional à época da execução dos serviços;



- c.10) Considerar-se-á a prova compatível em características, os serviços de responsabilidade técnica por prestação de serviços de locação de veículos com ou sem operador;
- c.11) Considerar-se-á a prova compatível em características semelhantes às do objeto do Edital, cujas parcelas mais relevantes são:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID.
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS			
LOTE 1				
1.1	PB-001	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CHP)	PRÓPRIA	H
1.2	PB-002	RETROESCAVADEIRA DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H
LOTE 2				
2.1	PB-003	MOTONIVELADORA (CHP)	PRÓPRIA	H
2.2	PB-004	CAVALO MECÂNICO C/ PRANCHA 3 EIXOS (CHP)	PRÓPRIA	H
LOTE 3				
3.1	PB-005	TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHP)	PRÓPRIA	H
3.2	PB-006	TRATOR DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H
LOTE 4				
4.1	PB-007	CAMINHÃO BASCULANTE 6M3 (CHP)	PRÓPRIA	H
4.2	PB-008	CAMINHÃO BASCULANTE 12M3 (CHP)	PRÓPRIA	H
LOTE 5				
5.1	PB-011	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHP)	PRÓPRIA	H
5.2	PB-012	COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO (CHP)	PRÓPRIA	H
LOTE 6				
6.1	PB-018	COMPACTADOR DE LIXO 12M ³ COM MOTORISTA	PRÓPRIA	H
6.2	PB-019	CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 136 (CHP)	PRÓPRIA	H

d) Declaração que indique relação explícita e declaração formal de sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, dos veículos e pessoal, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação;

e) Em havendo dúvida acerca da veracidade do documento, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, poderão promover diligência junto a emitente, a fim de comprovar a veracidade do Atestado de Capacidade Técnica em questão; e:

I- Constatada a veracidade, será confirmada a habilitação da licitante;

II- Constatada a não veracidade, a licitante será inabilitada, sendo o fato encaminhado à Procuradoria-Geral do Município para que seja aberto processo administrativo, e comprovado o dolo, aplicadas as sanções administrativas cabíveis, conforme a legislação vigente.

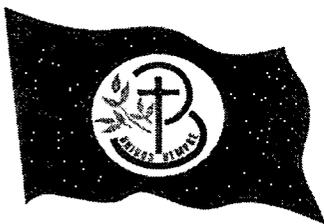
f) Entende-se, para fins deste edital, como pertencente ao quadro permanente: sócio, diretor ou responsável técnico.

g) A comprovação de vinculação ao quadro permanente da licitante será feita:

g.1 Para sócio, mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto, contrato social consolidado ou contrato social e todos os aditivos.

g.2 Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada junto ao órgão competente.

g.3 Se o responsável técnico não for sócio e/ou diretor da empresa, a comprovação se dará mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - devidamente assinada.



g.4 Contratos de prestação de serviços registrados em cartório.

8.4-QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, dissolução, ou liquidação, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Na hipótese de o documento não conter expressamente o prazo de validade o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão;

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com termo de abertura e encerramento, devidamente registrado, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC.

b.1) A comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos maior que ou igual a um (≥ 1) resultantes da aplicação das fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

b.2) O Microempreendedor Individual-MEI que no ano-calendário anterior não tenha auferido receita bruta de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), está dispensado da apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social na forma do item anterior, conforme art. 1.179 §2º do Código Civil e artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, entretanto deverá apresentar a DASNSIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual).

c) Prova de capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.5. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.5.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital.

8.5.2. Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital.

8.5.3. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93).

9.DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO

9.1. É facultado ao Pregoeiro a adjudicação do objeto quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade competente;

9.2. A homologação dar-se-á pela autoridade competente.

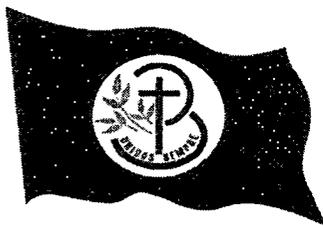
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Não se aplica.

11.0 - DAS - OBRIGAÇÕES

- Cabe à CONTRATANTE:

11.1-O Município de Pedra Branca se obriga a proporcionar a empresa vencedora, todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação;



- 11.2-Comunicar a Empresa Vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas;
- 11.3-Solicitar a execução do objeto à através da emissão de Ordem de Compra.
- 11.4-Fiscalizar a execução do objeto, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da empresa vencedora, que atenderá ou justificará de imediato.
- 11.5-Notificar a vencedora de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto.
- 11.6-Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 11.7-Providenciar o pagamento à vista das Notas Fiscais/Faturas e recibo, devidamente atestadas pelo setor competente.
- 11.8 - *Responsabilizar-se pela totalidade das despesas de combustíveis.*

12.0 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Cabe à CONTRATADA

12.2.1 - Fornecer o objeto licitado de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Edital, bem como no Termo de referência na Ata de Registro de preços e de acordo com as exigências administrativas.

12.2.2-Manter durante toda a execução do objeto, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

12.2.3 -Arcar com eventuais prejuízos causados ao Município/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos, na execução;

12.2.4 - A Empresa vencedora é obrigada a corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, qualquer item em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções.

12.2.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução.

12.2.6. Prestar de forma Parcelada as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.2.7. Substituir ou reparar o objeto licitado que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do SRP (Sistema de Registro de Preços), contado da sua notificação.

12.2.8 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei n.º 8.666/123 e suas alterações posteriores.

12.2.9-*Responsabilizar-se pela totalidade das despesas tais como: pneus, motorista, manutenção em geral do veículo, taxas, tributos, encargos, e demais despesas diretas e indiretas que incidem sobre a execução do objeto contratual.*

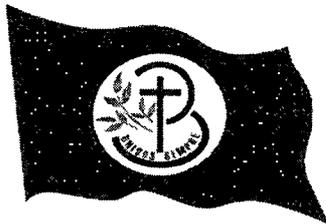
12.2.10- *É vedada a subcontratação da frota de veículos a serem utilizados acima de 80% (oitenta por cento) dos veículos necessários durante toda a execução do contrato.*

12.2.11- *A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.*

13 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1- Ficar impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) Ensejar retardamento da realização do certame.
- b) Cometer fraude fiscal.



- c) Deixar de apresentar documento exigido para participação no certame.
- d) Apresentar documento ou declaração falsa.
- e) Não manter a proposta de menor preço ofertado em qualquer fase do certame.
- f) Comportar-se de modo inidôneo.
- g) Cometer fraude no fornecimento, e
- h) Descumprir prazos.

13.2-As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CRC da Prefeitura Municipal de Pedra Branca e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.3-A contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, a advertências, suspensões e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das sanções legais na esfera cível e criminal, além de multas estipuladas na forma a seguir:

- a) De **1,0%** (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na entrega dos produtos ou indisponibilidade dos mesmos, limitada a 10% (dez por cento) do mesmo valor;
 - b) De **2,0%** (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição contratual, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
 - c) De **5,0%** (cinco por cento) do valor total do contrato, pela recusa em substituir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a substituição não se efetive nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;
- I. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Pedra Branca, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
 - II. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.4-As multas previstas nas alíneas anteriores, não serão aplicadas de modo cumulativo.

13.5-O valor da multa aplicada será deduzido pelo órgão contratante, por ocasião do pagamento, momento em que a unidade responsável pelo mesmo comunicará à CONTRATADA.

13.6-As suspensões referentes aos direitos de licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas à CONTRATADA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos para a Administração.

13.7-A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Pedra Branca será aplicada à CONTRATADA que der causa, por duas vezes, à suspensão prevista no item anterior.

13.8- As sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA que:

- a) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da Licitação.
- b) Demonstrar não possuir idoneidade para Contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.9- A inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive a sua transferência total ou parcial a outra Empresa, sem prévio assentimento do Órgão/Entidade, enseja sua rescisão com as consequentes penalidades previstas legalmente e contratualmente.

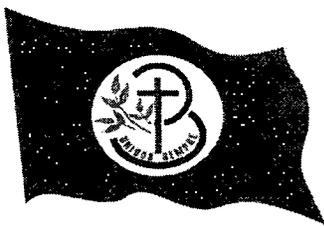
13.10- Para aplicação das sanções previstas neste tópico a licitante será submetida a processo administrativo para apuração dos fatos, garantidos sempre os direitos prévios da citação, da ampla defesa e do contraditório, assegurados pela Constituição Federal de 1.988.

14. - PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1- Não se aplica.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1 O contrato vigorará por 12 (DOZE) meses, podendo ser prorrogado na forma prevista na legislação

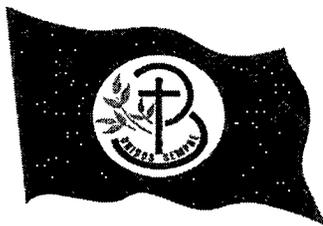


16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

16.1 No que for omissa o texto do presente termo, aplicar-se-á as regras do instrumento convocatório.

Pedra Branca/CE, Outubro 2023.

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
EUDASIO FERNANDES CEZAR**



**TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I-A
DISTRIBUIÇÃO DO OBJETO POR ÓRGÃO**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE.

ORGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID.	QUANT. HORAS MENSAL	QUANT. HORAS ANUAL	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL ANUAL (R\$)	
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS									
LOTE 1										
1.1	PB-001	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	122,02	21.475,52	257.706,24	
1.2	PB-002	RETROESCAVADEIRA DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H	832,00	9.984,00	58,10	48.339,20	580.070,40	
VALOR TOTAL DO LOTE 01								69.814,72	837.776,64	
LOTE 2										
2.1	PB-003	MOTONIVELADORA (CHP)	PRÓPRIA	H	528,00	6.336,00	132,46	69.938,88	839.266,56	
2.2	PB-004	CAVALO MECÂNICO C/ PRANCHA 3 EIXOS (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	154,18	9.867,52	118.410,24	
VALOR TOTAL DO LOTE 02								79.806,40	957.676,80	
LOTE 3										
3.1	PB-005	TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	144,20	25.379,20	304.550,40	
3.2	PB-006	TRATOR DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	36,09	6.351,84	76.222,08	
VALOR TOTAL DO LOTE 03								31.731,04	380.772,48	
LOTE 4										
4.1	PB-007	CAMINHÃO BASCULANTE 6M3 (CHP)	PRÓPRIA	H	1.040,00	12.480,00	74,04	77.001,60	924.019,20	
4.2	PB-008	CAMINHÃO BASCULANTE 12M3 (CHP)	PRÓPRIA	H	624,00	7.488,00	82,07	51.211,68	614.540,16	
4.3	PB-009	CAMINHÃO TANQUE 8.000 L (CHP)	PRÓPRIA	H	192,00	2.304,00	84,24	16.174,08	194.088,96	
4.4	PB-010	CAMINHÃO TANQUE 6.000 L (CHP)	PRÓPRIA	H	192,00	2.304,00	79,22	15.210,24	182.522,88	
VALOR TOTAL DO LOTE 04								159.597,60	1.915.171,20	
LOTE 5										
5.1	PB-011	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	171,98	30.268,48	363.221,76	
5.2	PB-012	COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	56,93	3.643,52	43.722,24	
5.3	PB-013	COMPAC. DE PNEUS PRES. VAR. AUTOPR. (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	99,80	6.387,20	76.646,40	
5.4	PB-014	COMPACTADOR DE PLACA VIBRATÓRIA HP 4 (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	21,63	1.384,32	16.611,84	



PREFEITURA DE
**PEDRA
BRANCA**
ADMINISTRAÇÃO



5.5	PB-015	COMPAC. PÉ DE CARNEIRO VIBRAT. AUTOPROP. (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	93,07	5.956,48	71.477,76
5.6	PB-016	VIBRO ACABAD. DE MISTURA BETUM. (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	161,56	10.339,84	124.078,08
5.7	PB-017	CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE LIGANTE (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	119,99	7.679,36	92.152,32
VALOR TOTAL DO LOTE 05								65.659,20	787.910,40
LOTE 6									
6.1	PB-018	COMPACTADOR DE LIXO 12M ³ COM MOTORISTA	PRÓPRIA	H	480,00	5.760,00	103,47	49.665,60	595.987,20
6.2	PB-019	CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 136 (CHP)	PRÓPRIA	H	384,00	4.608,00	72,26	27.747,84	332.974,08
6.3	PB-020	ROÇADEIRA REBOCÁVEL (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	4,89	860,64	10.327,68
6.4	PB-021	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO F4000 COM MOTORISTA	PRÓPRIA	H	192,00	2.304,00	52,29	10.039,68	120.476,16
VALOR TOTAL DO LOTE 06								88.313,76	1.059.765,12
TOTAL SIMPLES								494.922,72	5.939.072,64
VALOR DO BDI - 26,68%								132.045,38	1.584.544,58
TOTAL GERAL								626.968,10	7.523.617,22

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA-CE



PREFEITURA DE
**PEDRA
BRANCA**

Avantado a Experiência por Seus Melhores

**MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇO
PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA
DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE**

VOLUME UNICO

Antônia Joyce Rodrigues D'Áz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335

PROJETO BÁSICO EXECUTIVO
OUT/2023



Sumário

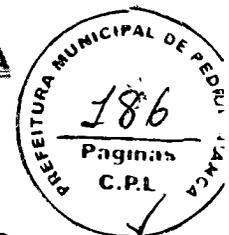
1 APRESENTAÇÃO	1
2 ART (Anotação de responsabilidade técnica)	Erro! Indicador não definido.
3 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	4
3.1 DADOS GEOGRÁFICOS	4
3.2 CONDIÇÕES CLIMÁTICA	4
3.3 CARACTERÍSTICAS GEOMORFOLÓGICAS	4
3.4 DADOS CENSITÁRIOS DO MUNICÍPIO	4
3.5 MAPA DO MUNICÍPIO	5
4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	6
4.1 GENERALIDADES	6
4.2 TERMOS E DEFINIÇÕES	6
4.3 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO	Erro! Indicador não definido.
5. ESPECIFICAÇÕES	Erro! Indicador não definido.
5.1 CARREGADEIRA DE PNEUS.....	7
5.2 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA.....	7
5.3 MOTONIVELADORA	7
5.4 TRATOR DE ESTEIRAS.....	8
5.5 TRATOR DE PNEUS.....	8
5.6 CAMINHÃO BASCULANTE	8
5.7 CAMINHÃO TANQUE.....	8
5.8 RETROESCAVADEIRA DE PNEUS.....	8
5.9 ROÇADEIRA REBOCÁVEL	8
5.10 VIBRO ACABAD. DE MISTURA BETUM	8
5.11 CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE LIGANTE	8
5.12 COMPACTADOR DE PNEUS. VAR	9
5.13 COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO.....	9
5.14 COMPACTADOR DE PLACA VIBRATÓRIA.....	9
5.15 COMPAC. PÉ DE CARNEIRO VIBRAT. AUTOPROP.....	9
5.16 CAVALO MECÂNICO C/ PRANCHA 3 EIXOS	9
5.17 VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO F4000.....	9
5.18 COMPACTADOR DE LIXO.....	9
6 COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS.....	10

Antonia Joyce Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335

7 MEMORIAL DE CÁLCULO E QUANTITATIVOS.....	11
8 PLANILHA ORÇAMENTARIA	12
9 CRONORAMA FÍSICO-FINANCEIRO	13
10 COMPOSIÇÃO DE BDI.....	14
11 ENCARGOS SOCIAIS	15



Antonia Joyce Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335



1 APRESENTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Pedra Branca apresenta o Projeto de SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE. O presente trabalho se propõe a definir uma solução em nível de projeto básico de engenharia, que engloba formulações técnicas baseadas em normas da ABNT, em consonância com as Diretrizes da Prefeitura Municipal de PEDRA BRANCA Compõem este trabalho, Memorial de Cálculos e Quantitativos, Especificações Técnicas, Composição de Preços, Planilha Orçamentaria de Custo, Cronograma Físico-Financeiro, Composição de BDI, Encargos Sociais.

Antonia Joyce Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335

2 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 DADOS GEOGRÁFICOS

- Os dados geográficos do município de PEDRA BRANCA são:

Área: 1.303,27km²

Altitude (Sede): 500,7m

Latitude (S): 05°27'15"

Longitude (W): 39°43'02"

- Os Limites são:

Norte: Quixeramobim, Boa Viagem e Independência.

Sul: Mombaça.

Leste: Mombaça, Senador Pompeu e Quixeramobim.

Oeste: Independência e Tauá.



2.2 CONDIÇÕES CLIMÁTICA

Pluviometria média anual observada: 1.238,2mm

- Temperaturas:

- Média das Máximas: 26°

- Média das Mínimas: 24°

2.3 CARACTERÍSTICAS GEOMORFOLÓGICAS

O Município de **PEDRA BRANCA** possui um relevo com maciços residuais e depressão sertaneja.

Classes de Solo: Brunizem Avermelhados, Bruno não Cálcico, Solos Litólicos e Podzólico Vermelho-Amarelo.

2.4 DADOS CENSITÁRIOS DO MUNICÍPIO

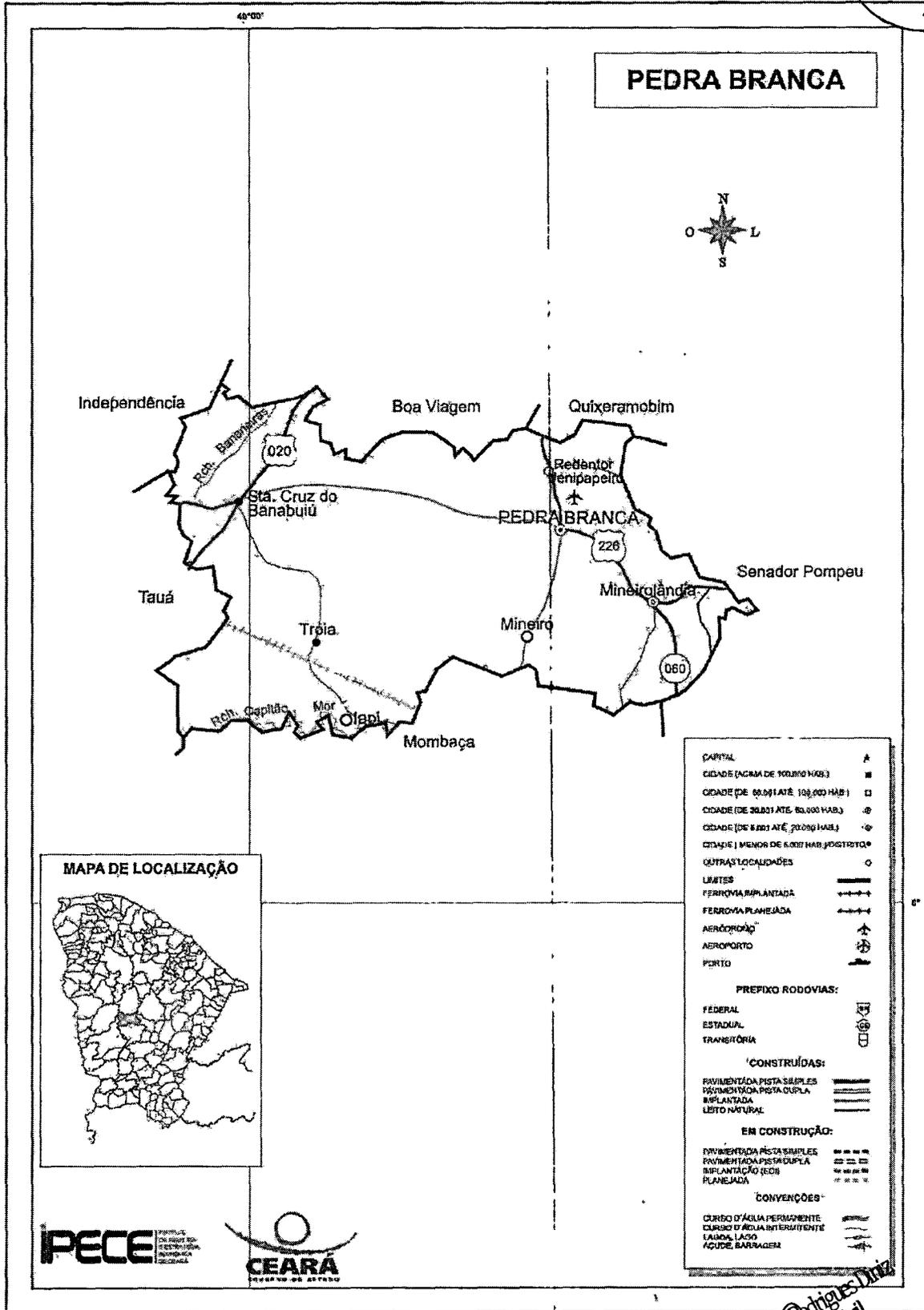
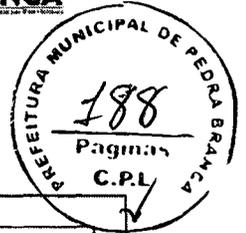
População: 40.742 hab.

Taxa de Crescimento: 0,54%

Fonte IBGE (Contagem da população 2000).

Antonia Joyce Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335

2.5 MAPA DO MUNICÍPIO



Antonia Jorgete Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA / CE: 353335

3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



3.1 GENERALIDADES

Serão locadas máquinas para os mais diversos serviços na recuperação de estradas vicinais, coleta de lixo, execução de pavimentação asfáltica dentre outros quaisquer serviços de interesse público junto a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

3.2 TERMOS E DEFINIÇÕES

Quando nas presentes especificações e em outros documentos do contrato figurarem as palavras, expressões ou abreviaturas abaixo, as mesmas deverão ser interpretadas como a seguir:

- **FISCALIZAÇÃO** – Composta pela equipe de fiscalização do município, que atuarão como fiscais para os propósitos do Contrato. Também poderá significar os representantes da Fiscalização responsáveis pelo controle direto do andamento das obras, no sentido de assegurar a sua execução em plena conformidade com o projeto e o contrato, de que tratam estas especificações.
- **CANTRATADA** - Pessoa, pessoas, firmas ou associação de firmas (consórcio) que subscreveram o contrato para o fornecimento do maquinário bem como seus operadores.
- **CONTRATO** - Documento subscrito pela Prefeitura do município, pelo construtor e / ou consultor, de acordo com a legislação em vigor, e que define as obrigações de ambas as partes, com relação a elaboração do projeto, fiscalização, consultaria, assessoramento técnico e gerencial da obra e execução das obras a que se referem este contrato.
- **RESIDENTE DO CONSTRUTOR** - O representante credenciado do construtor, com função executiva no canteiro das obras, durante todo o decorrer dos trabalhos e autorizada a receber e cumprir as decisões da fiscalização.
- **ESPECIFICAÇÕES** - As instruções, diretrizes, exigências, métodos e disposições detalhadas quanto a maneira de execução dos trabalhos.

Antonia Jovanna Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335

- CAUSAS IMPREVISÍVEIS - São cataclismos, tais como inundações, incêndios e transformações geológicas bruscas, de grande amplitude, desastres e perturbações graves na ordem social, tais como motins e epidemias.
- ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS - Determinações contidas nos contratos, para início e execução de serviços contratuais.
- CRONOGRAMA - Organização e distribuição dos diversos prazos para execução das Obras e que será proposto pelo Concorrente.
- CONCORRENTE - Pessoa física ou jurídica que apresentam propostas à concorrência para execução das obras.
- OBRAS - Conjunto de estruturas de caráter permanente que o Construtor terá de executar de acordo com o Contrato.
- DOCUMENTO DO CONTRATO - Conjunto de todos os documentos que definem e regulamentam a execução das obras, compreendendo os editais de concorrência, especificações, o projeto executivo, a proposta do Construtor, o cronograma ou quaisquer outros documentos suplementares que se façam necessários à execução das obras de acordo com a presente.

Serão contratados maquinários para executar os serviços conforme sua indicação.

3.3 CARREGADEIRA DE PNEUS

Serve para limpar superfícies de solo de primeira categoria, encher caminhões basculante, coleta de lixo dentre outros serviços.

3.4 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

Serve para a escavação de terra afim de recuperar estradas ou outros serviços que exijam movimentação de solo.

3.5 MOTONIVELADORA

A motoniveladora é uma máquina pesada utilizada principalmente para o nivelamento de terrenos. Ela é amplamente utilizada na construção civil e em trabalhos pesados realizados em diferentes terrenos. Isso é possível porque sua região frontal contém um contrapeso que aumenta a estabilidade em solos instáveis.

Antonia Joyce Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335

3.6 TRATOR DE ESTEIRAS

Os tratores de esteiras são máquinas fundamentais nos trabalhos de terraplanagem na construção civil e agrícola, pois, com a sua capacidade de tração, conseguem trabalhar em qualquer tipo de solo e situações topográficas.

3.7 TRATOR DE PNEUS

São máquinas utilizadas nos mais diversos tipos de serviços. São essenciais na compactação de aterros haja vista que juntamente com a grade revolve o material úmido até chegar a umidade ótima para compactação.

3.8 CAMINHÃO BASCULANTE

Popularmente conhecido como caminhão caçamba, esse tipo de veículo tem uma grande aplicabilidade em obras, sendo também muito utilizado para o transporte de materiais.

3.9 CAMINHÃO TANQUE

O caminhão tanque é um tipo de caminhão que vem equipado com um grande reservatório, ele é destinado ao transporte de líquidos.

3.10 RETROESCAVADEIRA DE PNEUS

As retroescavadeiras podem ser usadas para limpar terrenos, remover entulhos e nivelar a terra antes da construção. Manutenção de estradas: utilizadas para reparar estradas danificadas, remover asfalto e escavar o solo para pavimentação.

3.11 ROÇADEIRA REBOCÁVEL

Se trata de um implemento usado na limpeza de pastos, cortando a grama. Além disso, serve para podar e para eliminar restos de lavouras. Nesse sentido, a roçadeira é mais indicada para áreas planas e com grama alta.

3.12 VIBRO ACABAD. DE MISTURA BETUM

Também conhecidas como pavimentadoras de asfalto, as vibroacabadoras exercem um papel essencial na aplicação, nivelamento e pré-compactação do asfalto em obras de pavimentação.

3.13 CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE LIGANTE

Serve para distribuir o ligante na superfície limpa para então executar a massa asfáltica.

Antonia Jorgete Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335



3.14 COMPACTADOR DE PNEUS. VAR

também chamado rolo de pneus – é um equipamento destinado, majoritariamente, a terraplanar e dar acabamento à lâmina asfáltica recém aplicada ou em locais em que o solo não pode reagir a vibrações, como áreas de edifícios e pontes.

3.15 COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPRÓPELIDO

O rolo compactador faz parte da linha de maquinário amarelo. Sua função é diminuir e comprimir superfícies que possuem grande quantidade de solo ou resíduos. Suas aplicações são diversas e vão desde obras rodoviárias, compactando o solo para construção de vias, até a compressão de superfícies para edificações.

3.16 COMPACTADOR DE PLACA VIBRATÓRIA

As placas vibratórias, também conhecidas como compactadores de placa, são equipamentos necessários na construção e em reparos de vias e calçamentos, indicados principalmente para compactar solos granulares soltos e pedras de pavimentação.

3.17 COMPAC. PÉ DE CARNEIRO VIBRAT. AUTOPROP.

São rolos que tem o cilindro com patas, proeminências que formam um relevo na circunferência do rolo. A função das patas é penetrar superficialmente no solo para aumentar a área de contato.

3.18 CAVALO MECÂNICO C/ PRANCHA 3 EIXOS

Serve para movimentar todo o maquinário até o local do serviço.

3.19 VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO F4000

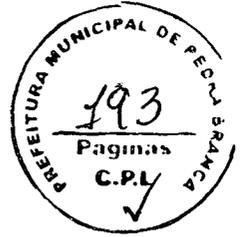
Serve para os mais diversos fins. Desde transportar galhos de árvores até atender as demandas de carga da SEDUMA.

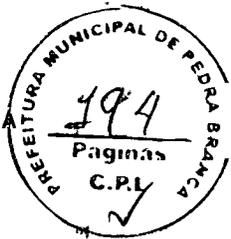
3.20 COMPACTADOR DE LIXO

O compactador é um equipamento acoplado em um caminhão que faz o transporte e o processo de compactação dos lixos coletados nas residências e ruas, levando-os até os aterros sanitários para o descarte correto do material.

Antônia Jussara Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA / CE: 353335

6 COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS





COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

Observação: As composições abaixo relacionadas tem como fonte de seus coeficientes a tabela SEINFRA 27.1 sendo retirado da composição apenas os combustível haja vista que, a Prefeitura municipal arcará com essa despesa.

PB-001 - CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHP)						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL	
DEFAULT						
I2701	DEPRECIÇÃO	H	56,6578	1,0000	56,6578	
I2702	JUROS	H	5,0355	1,0000	5,0355	
I2703	MANUTENÇÃO	H	84,9867	1,0000	84,9867	
I2755	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DA CARREGADEIRA DE PNEUS (180 HP)	H	1,0000	25,3000	25,3000	
TOTAL DEFAULT:					171,9800	
TOTAL SIMPLES:					171,98	
ENCARGOS:					INCLUSOS	
BDI:					0,00	
TOTAL GERAL:					171,98	

PB-002 - ESCAVADEIRA HIDRAULICA (CHP)						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL	
DEFAULT						
I2701	DEPRECIÇÃO	H	46,7746	1,0000	46,7746	
I2702	JUROS	H	3,1673	1,0000	3,1673	
I2703	MANUTENÇÃO	H	46,7746	1,0000	46,7746	
I2787	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA	H	1,0000	25,3000	25,3000	
TOTAL DEFAULT:					122,0165	
TOTAL SIMPLES:					122,02	
ENCARGOS:					INCLUSOS	
BDI:					0,00	
TOTAL GERAL:					122,02	

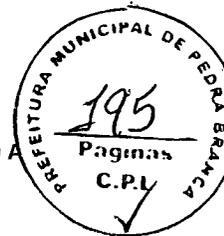
PB-003 - MOTONIVELADORA (CHP)						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL	
DEFAULT						
I2701	DEPRECIÇÃO	H	44,7096	1,0000	44,7096	
I2702	JUROS	H	4,4151	1,0000	4,4151	
I2703	MANUTENÇÃO	H	55,8870	1,0000	55,8870	
I2821	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DA MOTO NIVELADORA	H	1,0000	27,4500	27,4500	
TOTAL DEFAULT:					132,4617	
TOTAL SIMPLES:					132,46	
ENCARGOS:					INCLUSOS	
BDI:					0,00	
TOTAL GERAL:					132,46	

PB-004 - TRATOR DE ESTEIRAS C/LÁMINA E ESC. HP 155 (CHP)						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL	
DEFAULT						
I2701	DEPRECIÇÃO	H	45,5809	1,0000	45,5809	
I2702	JUROS	H	4,9512	1,0000	4,9512	
I2703	MANUTENÇÃO	H	68,3714	1,0000	68,3714	
I2842	MAO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO TRATOR DE ESTEIRAS C/ LAMINA E ESC. (155 HP)	H	1,0000	25,3000	25,3000	
TOTAL DEFAULT:					144,2035	
TOTAL SIMPLES:					144,20	
ENCARGOS:					INCLUSOS	
BDI:					0,00	
TOTAL GERAL:					144,20	

PB-005 - TRATOR DE PNEUS (CHP)						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL	
DEFAULT						
I2701	DEPRECIÇÃO	H	7,7673	1,0000	7,7673	
I2702	JUROS	H	0,8437	1,0000	0,8437	

Antonia Joana Rodrigues Diniz
 Engenheira Civil
 CREA/CE: 353335

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
 OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
 REFERÊNCIA: TABELA SEINFRA 27,1
 DATA: SETEMBRO/2023



COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

Observação: As composições abaixo relacionadas tem como fonte de seus coeficientes a tabela SEINFRA 27.1 sendo retirado da composição apenas os combustíveis haja vista que, a Prefeitura municipal arcará com essa despesa.

12703	MANUTENÇÃO	H	8,7383	1,0000	8,7383
12844	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO TRATOR DE PNEUS	H	1,0000	18,7400	18,7400
TOTAL DEFAULT:					36,0893
TOTAL SIMPLES:					36,09
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					36,09

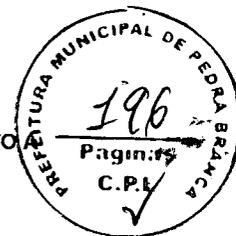
PB-006 - CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12701	DEPRECIÇÃO	H	19,7647	1,0000	19,7647
12702	JUROS	H	1,7566	1,0000	1,7566
12703	MANUTENÇÃO	H	29,6471	1,0000	29,6471
12722	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO BASCULANTE 6M3	H	1,0000	22,8700	22,8700
TOTAL DEFAULT:					74,0384
TOTAL SIMPLES:					74,04
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					74,04

PB-007 - CAMINHÃO BASCULANTE 12 M3 (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12701	DEPRECIÇÃO	H	22,8666	1,0000	22,8666
12702	JUROS	H	2,0323	1,0000	2,0323
12703	MANUTENÇÃO	H	34,2999	1,0000	34,2999
12724	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO BASCULANTE 12M3	H	1,0000	22,8700	22,8700
TOTAL DEFAULT:					82,0688
TOTAL SIMPLES:					82,07
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					82,07

PB-008 - CAMINHÃO TANQUE 8.000 L (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12701	DEPRECIÇÃO	H	23,7059	1,0000	23,7059
12702	JUROS	H	2,1069	1,0000	2,1069
12703	MANUTENÇÃO	H	35,5588	1,0000	35,5588
12746	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO TANQUE 8.000 L	H	1,0000	22,8700	22,8700
TOTAL DEFAULT:					84,2416
TOTAL SIMPLES:					84,24
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					84,24

PB-009 - CAMINHÃO TANQUE 6.000 L (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12701	DEPRECIÇÃO	H	21,7647	1,0000	21,7647
12702	JUROS	H	1,9343	1,0000	1,9343
12703	MANUTENÇÃO	H	32,6471	1,0000	32,6471
12744	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO TANQUE 6.000 L	H	1,0000	22,8700	22,8700
TOTAL DEFAULT:					79,2161
TOTAL SIMPLES:					79,22
ENCARGOS:					INCLUSOS

Antônio José Rodrigues Diniz
 Engenheiro Civil
 CREA/CE 353335



COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

Observação: As composições abaixo relacionadas tem como fonte de seus coeficientes a tabela SEINFRA 27.1 sendo retirado da composição apenas os combustíveis haja vista que, a Prefeitura municipal arcará com essa despesa.

	BDI: 0,00
	TOTAL GERAL: 79,22

PB-010 - CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 136 (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12701	DEPRECIÇÃO	H	18,9333	1,0000	18,9333
12702	JUROS	H	2,0566	1,0000	2,0566
12703	MANUTENÇÃO	H	28,4000	1,0000	28,4000
12730	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHAO C/ CARROCERIA DE MADEIRA (136 HP)	H	1,0000	22,8700	22,8700
TOTAL DEFAULT:					72,2599
TOTAL SIMPLES:					72,26
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					72,26

PB-011 - RETROESCAVADEIRA DE PNEUS (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12701	DEPRECIÇÃO	H	12,6711	1,0000	12,6711
12702	JUROS	H	1,1261	1,0000	1,1261
12703	MANUTENÇÃO	H	19,0067	1,0000	19,0067
12827	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DA RETRO ESCAVADEIRA DE PNEUS	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					58,1039
TOTAL SIMPLES:					58,10
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					58,10

PB-012 - ROÇADEIRA REBOCÁVEL (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12701	DEPRECIÇÃO	H	2,6701	1,0000	2,6701
12702	JUROS	H	0,1406	1,0000	0,1406
12703	MANUTENÇÃO	H	2,0768	1,0000	2,0768
TOTAL DEFAULT:					4,8875
TOTAL SIMPLES:					4,89
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					4,89

PB-013 - VIBRO ACABAD. DE MISTURA BETUM. (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12701	DEPRECIÇÃO	H	64,9930	1,0000	64,9930
12702	JUROS	H	6,2754	1,0000	6,2754
12703	MANUTENÇÃO	H	64,9930	1,0000	64,9930
12854	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO VIBRO ACABAD. DE MISTURAS BETUM.	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					161,5614
TOTAL SIMPLES:					161,56
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					161,56

PB-014 - CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE LIGANTE (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL

Antônia J. Rodrigues Diriz
 Engenheira Civil
 CREA/CE: 353335

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
 OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
 REFERÊNCIA: TABELA SEINFRA 27,1
 DATA: SETEMBRO/2023



COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

Observação: As composições abaixo relacionadas tem como fonte de seus coeficientes a tabela SEINFRA 27.1 sendo retirado da composição apenas os combustíveis haja vista que, a Prefeitura municipal arcará com essa despesa.

DEFAULT					
I2701	DEPRECIÇÃO	H	33,0656	1,0000	33,0656
I2702	JUROS	H	3,1927	1,0000	3,1927
I2703	MANUTENÇÃO	H	44,0875	1,0000	44,0875
I2740	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE LIGANTE	H	1,0000	39,6400	39,6400
TOTAL DEFAULT:					119,9858
TOTAL SIMPLES:					119,99
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					119,99

PB-015 - COMPAC. LISO VIBRAT. AUTOPROPELIDO (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
I2701	DEPRECIÇÃO	H	26,0204	1,0000	26,0204
I2702	JUROS	H	2,5124	1,0000	2,5124
I2703	MANUTENÇÃO	H	34,6939	1,0000	34,6939
I2764	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO COMPAC. LISO VIBRAT. AUTOPROPELIDO	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					88,5267
TOTAL SIMPLES:					88,53
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					88,53

PB-016 - COMPAC. DE PNEUS PRES. VAR. AUTOPR. (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
I2701	DEPRECIÇÃO	H	33,8795	1,0000	33,8795
I2702	JUROS	H	2,9739	1,0000	2,9739
I2703	MANUTENÇÃO	H	37,6439	1,0000	37,6439
I2768	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO COMPAC. DE PNEUS PRES. VAR. AUTOPR.	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					99,7973
TOTAL SIMPLES:					99,80
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					99,80

PB-017 - COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
I2701	DEPRECIÇÃO	H	15,1522	1,0000	15,1522
I2702	JUROS	H	1,3300	1,0000	1,3300
I2703	MANUTENÇÃO	H	15,1522	1,0000	15,1522
I2762	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO COMPAC. LISO TANDEM AUTOPR.	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					56,9344
TOTAL SIMPLES:					56,93
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					56,93

PB-018 - COMPACTADOR DE PLACA VIBRATÓRIA HP 4 (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
I2701	DEPRECIÇÃO	H	1,2448	1,0000	1,2448
I2702	JUROS	H	0,0725	1,0000	0,0725
I2703	MANUTENÇÃO	H	1,5724	1,0000	1,5724
I2770	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO COMPACTADOR DE PLACA VIBRATÓRIA (4 HP)	H	1,0000	18,7400	18,7400
TOTAL DEFAULT:					21,6297

Antônia Ingrid Rodrigues Diniz
 Engenheira Civil
 CREA / CE: 35328/4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
 OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
 REFERÊNCIA: TABELA SEINFRA 27,1
 DATA: SETEMBRO/2023



COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

Observação: As composições abaixo relacionadas tem como fonte de seus coeficientes a tabela SEINFRA 27.1 sendo retirado da composição apenas os combustíveis haja vista que, a Prefeitura municipal arcará com essa despesa.

				TOTAL SIMPLES:	21,63
				ENCARGOS:	INCLUSOS
				BDI:	0,00
				TOTAL GERAL:	21,63

PB-019 - COMPAC. PÉ DE CARNEIRO VIBRAT. AUTOPROP. (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12701	DEPRECIÇÃO	H	27,8887	1,0000	27,8887
12702	JUROS	H	2,6928	1,0000	2,6928
12703	MANUTENÇÃO	H	37,1849	1,0000	37,1849
12766	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO COMPAC. PE DE CARN. VIBRAT. AUTOPR.	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					93,0664
TOTAL SIMPLES:					93,07
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					93,07

PB-020 - CAVALO MECÂNICO C/PRANC. 3 EIXOS (CHP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12701	DEPRECIÇÃO	H	51,1111	1,0000	51,1111
12702	JUROS	H	3,5331	1,0000	3,5331
12703	MANUTENÇÃO	H	76,6667	1,0000	76,6667
12760	MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAVALO MEC. C/ PRANC. 3 EIXOS	H	1,0000	22,8700	22,8700
TOTAL DEFAULT:					154,1809
TOTAL SIMPLES:					154,18
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					154,18

COMPOSIÇÕES AUXILIARES

I2755 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DA CARREGADEIRA DE PNEUS (180 HP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12550	OPERADOR DE CARREGADEIRA	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					25,3000
TOTAL SIMPLES:					25,30
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					25,30

I2787 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12561	OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					25,3000
TOTAL SIMPLES:					25,30
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					25,30

I2821 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DA MOTONIVELADORA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					

Wladimir Rodrigues Diniz
 Engenheiro Civil
 CREA/CE: 353335

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
 OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
 REFERÊNCIA: TABELA SEINFRA 27,1
 DATA: SETEMBRO/2023



COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITARIOS

Observação: As composições abaixo relacionadas tem como fonte de seus coeficientes a tabela SEINFRA 27.1 sendo retirado da composição apenas os combustíveis haja vista que, a Prefeitura municipal arcará com essa despesa.

DEFAULT					
12560	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	H	1,0000	27,4500	27,4500
				TOTAL DEFAULT:	27,4500
				TOTAL SIMPLES:	27,45
				ENCARGOS:	INCLUSOS
				BDI:	0,00
				TOTAL GERAL:	27,45

12842 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO TRATOR DE ESTEIRAS C/ LÂMINA E ESC. (155 HP)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12562	OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRAS	H	1,0000	25,3000	25,3000
				TOTAL DEFAULT:	25,3000
				TOTAL SIMPLES:	25,30
				ENCARGOS:	INCLUSOS
				BDI:	0,00
				TOTAL GERAL:	25,30

12844 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO TRATOR DE PNEUS					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12563	OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS	H	1,0000	18,7400	18,7400
				TOTAL DEFAULT:	18,7400
				TOTAL SIMPLES:	18,74
				ENCARGOS:	INCLUSOS
				BDI:	0,00
				TOTAL GERAL:	18,74

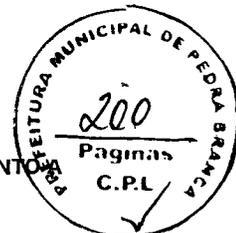
12722 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO BASCULANTE 6M3					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12545	MOTORISTA DE CAMINHÃO	H	1,0000	22,8700	22,8700
				TOTAL DEFAULT:	22,8700
				TOTAL SIMPLES:	22,87
				ENCARGOS:	INCLUSOS
				BDI:	0,00
				TOTAL GERAL:	22,87

12724 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO BASCULANTE 12M3					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12545	MOTORISTA DE CAMINHÃO	H	1,0000	22,8700	22,8700
				TOTAL DEFAULT:	22,8700
				TOTAL SIMPLES:	22,87
				ENCARGOS:	INCLUSOS
				BDI:	0,00
				TOTAL GERAL:	22,87

12746 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO TANQUE 8.000 L					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12545	MOTORISTA DE CAMINHÃO	H	1,0000	22,8700	22,8700
				TOTAL DEFAULT:	22,8700
				TOTAL SIMPLES:	22,87
				ENCARGOS:	INCLUSOS

Antônia Joyce Rodrigues Diniz
 Engenheira Civil
 CREA/CE: 353385

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
 OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
 REFERÊNCIA: TABELA SEINFRA 27,1
 DATA: SETEMBRO/2023



COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

Observação: As composições abaixo relacionadas tem como fonte de seus coeficientes a tabela SEINFRA 27.1 sendo retirado da composição apenas os combustíveis haja vista que, a Prefeitura municipal arcará com essa despesa.

BDI: 0,00
 TOTAL GERAL: 22,87

12744 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO TANQUE 6.000 L -

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12545	MOTORISTA DE CAMINHÃO	H	1,0000	22,8700	22,8700
TOTAL DEFAULT:					22,8700
TOTAL SIMPLES:					22,87
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					22,87

12730 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO C/ CARROCERIA DE MADEIRA (136 HP)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12545	MOTORISTA DE CAMINHÃO	H	1,0000	22,8700	22,8700
TOTAL DEFAULT:					22,8700
TOTAL SIMPLES:					22,87
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					22,87

12764 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO COMPAC. LISO VIBRAT. AUTOPROPELIDO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12551	OPERADOR DE COMPACTADOR AUTO PROPELIDO	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					25,3000
TOTAL SIMPLES:					25,30
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					25,30

12827 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DA RETROESCAVADEIRA DE PNEUS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12561	OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					25,3000
TOTAL SIMPLES:					25,30
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					25,30

12854 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO VIBRO ACABAD. DE MISTURAS BETUM.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12566	OPERADOR DE VIBRO ACABADORA DE MISTURAS BETUMINOSAS	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					25,3000
TOTAL SIMPLES:					25,30
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					25,30

12740 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE LIGANTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
--------	-----------	---------	-------------	-------	-------

Antônio Rodrigues Diniz
 Engenheiro Civil
 CREA/CE: 353335

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
 OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
 REFERÊNCIA: TABELA SEINFRA 27,1
 DATA: SETEMBRO/2023



COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

Observação: As composições abaixo relacionadas tem como fonte de seus coeficientes a tabela SEINFRA 27.1 sendo retirado da composição apenas os combustíveis haja vista que, a Prefeitura municipal arcará com essa despesa.

DEFAULT		UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
I2545	MOTORISTA DE CAMINHÃO	H	1,0000	22,8700	22,8700
I0037	AJUDANTE	H	1,0000	16,7700	16,7700
TOTAL DEFAULT:					39,6400
TOTAL SIMPLES:					39,64
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					39,64

I2768 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO COMPAC. DE PNEUS PRES. VAR. AUTOPR.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
I2551	OPERADOR DE COMPACTADOR AUTO PROPELIDO	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					25,3000
TOTAL SIMPLES:					25,30
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					25,30

I2762 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO COMPAC. LISO TANDEM AUTOPR.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
I2551	OPERADOR DE COMPACTADOR AUTO PROPELIDO	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					25,3000
TOTAL SIMPLES:					25,30
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					25,30

I2770 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO COMPACTADOR DE PLACA VIBRATÓRIA (4 HP)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
I2552	OPERADOR DE COMPACTADOR DE PLACA VIBRATORIA	H	1,0000	18,7400	18,7400
TOTAL DEFAULT:					18,7400
TOTAL SIMPLES:					18,74
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					18,74

I2781 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CONJUNTO DE BRITAGEM 30 M3/H

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
I2554	OPERADOR DE CONJUNTO DE BRITAGEM	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					25,3000
TOTAL SIMPLES:					25,30
ENCARGOS:					INCLUSOS
BDI:					0,00
TOTAL GERAL:					25,30

I2766 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO COMPAC. PE DE CARN. VIBRAT. AUTOPR.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
I2551	OPERADOR DE COMPACTADOR AUTO PROPELIDO	H	1,0000	25,3000	25,3000
TOTAL DEFAULT:					25,3000
TOTAL SIMPLES:					25,30

Atória J...
 Engenheira Civil
 CREA / CE: 353335



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
REFERÊNCIA: TABELA SEINFRA 27,1
DATA: SETEMBRO/2023

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

Observação: As composições abaixo relacionadas tem como fonte de seus coeficientes a tabela SEINFRA 27.1 sendo retirado da composição apenas os combustíveis haja vista que, a Prefeitura municipal arcará com essa despesa.

ENCARGOS: *INCLUSOS*
BDI: 0,00
TOTAL GERAL: 25,30

12760 - MÃO DE OBRA DE OPERAÇÃO DO CAVALO MEC. C/ PRANC. 3 EXOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
DEFAULT					
12545	MOTORISTA DE CAMINHÃO	H	1,0000	22,8700	22,8700
TOTAL DEFAULT:					22,8700
TOTAL SIMPLES:					22,87
ENCARGOS: INCLUSOS					
BDI: 0,00					
TOTAL GERAL:					22,87

Antônia Jorgette Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

DATA: SETEMBRO/2023

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

1.21 - VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO F4000 COM MOTORISTA

A) Dados para Dimensionamento

Número de Veículos	3,00 (und)
Dias Úteis do Mês	26,00 (dias)
Horas/veículo- Dia	8,00 (h/dia)
Horas/veículo- Mês	208,00 (h/mês)
Horas Total- Mês	624,00 (h/mês)
Percuso Percorrido - Dia (*)	140,00 (km/dia)
Percuso Percorrido - Mês	3.640,00 (km/mês)

(*) Coleta: 6h x 5km/h = 30km x 2 veículos = 60km

Volta/Volta ao Aterro: 1h x 40km/h = 40km x 2 veículos = 80km

Total dia 140km

1h: Tempo gasto com deslocamento de ida/volta da garagem + tempo de descarga

B) Previsão do Número de Veículos

Quadro Resumo	
DISCRIMINAÇÃO	Veículo F4000
Nº de Veículo Adotado:	3,00

C) Dimensionamento do Pessoal

Guarnição por Veículo: Para cada Veículo: Uma Guarnição Composta de 01 Motorista

Período diurno incluso reserva técnica	
Motorista	3,00
Total geral (para o serviço)	
Motorista	3,00

Mão de Obra

	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
A) Salário			
Motorista (*)	3,00	R\$ 2.072,66	R\$ 6.217,98
Sub Total - A			R\$ 6.217,98

	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
B) Insalubridade			
Motorista (20% do SM)	3,00	R\$ 264,00	R\$ 792,00
Sub Total - B			R\$ 792,00

Sub Total (A+B) R\$ 7.009,98

	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
C) Leis Sociais (%)			
Encargos Sociais	71,07%	R\$ 4.981,99	R\$ 4.981,99
Sub Total - C			R\$ 4.981,99

Sub Total (A+B+C) Mensal R\$ 11.991,97

Sub Total (A+B+C) Para 12 Meses R\$ 143.903,64

	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
D) Café da Manhã(**)			
Motorista	3,00	R\$ 113,63	R\$ 340,88

Antonia Inês Rodrigues Diniz
 Engenheira Civil
 CREA / CE: 353335



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

DATA: SETEMBRO/2023

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

1.21 - VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO F4000 COM MOTORISTA

Sub Total - D (**) 4,50 x 25,25 dias=113,63 **R\$ 340,88**

E) Vale Refeição(**)	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
Motorista	3,00	R\$ 570,65	R\$ 1.711,95
Sub Total - D		(**) 22,60 x 25,25 dias=570,65	R\$ 1.711,95

F) Cesta Básica(*)	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
Motorista	3,00	R\$ 190,00	R\$ 570,00
Sub Total - D			R\$ 570,00

Sub Total (D+E+F) Mensal **R\$ 2.622,83**

Sub Total (D+E+F) Para 12 Meses **R\$ 31.473,90**

Total Mensal Item - 01 **R\$ 14.614,80**

Total Período do Contrato Item - 01 **R\$ 175.377,54**
(Mão de Obra Direta)

(*) Fonte: CCT n°CE000565/2022 do SETCARCE - Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

(**) Salário mínimo R\$ 1.320,00 a partir de 1º de maio/2023

02) Operação da Frota

Custo Fixo

A) Depreciação Serão Considerados Valores Residuais de 20% do Valor do Chassis e do Compactador, Respectivamente Durante a Vida Útil

Dep.=d x VN/12

Onde,
VN=Valor Equipamento (ate 13 anos de fabricação)
(*) d=Coefficiente de depreciação
 $d=(1-VR/100)/VU$ onde.
VR= Valor residual (20%)
VU=vida útil(5 anos)

Nº de Veículo Utilitário	3,00	(und)
Valor dos Chassis	101.122,00	(R\$)
Valor da Carroceria (¹)	25.280,50	(R\$)
Valor do Equipamento	126.402,50	(R\$)
Vida útil do Equipamento	5,00	(anos)
Coef. de Depreciação do Equipamento	0,1600	(mês)
Deprec. Mensal 01 Equipamento	1.685,37	(R\$)
Deprec. Mensal Todos Equipamentos	5.056,11	(R\$)

(¹)Equivalente a 25% do conjunto

Custo Mensal - A (*) **5.056,11 (R\$/mês)**
Custo do Período do Contrato **60.673,32 (R\$/ano)**

(*) Obs.: Para equipamentos fora do prazo de vida útil, isto é, com mais de 5 anos de uso, considerar inexistente o custo com depreciação, visto este já ter ocorrido durante sua vida útil.

B) Remuneração do Capital Investido

RC=[(VU+1)xVN/(2xVU) x i]/12

Onde,
VN=Valor Equipamento (ate 13 anos de fabricação)
VU=vida útil(5 anos)
i= A Taxa Selic hoje está em 13,25% ao ano.

Nº de Veículo Utilitário	3,00	(und)
Valor dos Chassis	101.122,00	(R\$)
Valor da Carroceria (¹)	25.280,50	(R\$)
Valor do Equipamento	126.402,50	(R\$)
Vida útil do Equipamento (VU)	5,00	(anos)
TX. de Juros Anual (i)	13,25	(%)
Remuneração Mensal 01 Equipamento	837,42	(R\$)
Remuneração Mensal Todos Equipamentos	2.512,26	(R\$)

Custo Mensal - B **2.512,26 (R\$/mês)**
Custo do Período do Contrato **30.147,12 (R\$/ano)**

Antonio Rodrigues Diniz
Engenheiro Civil
CREA/CE-2533335



COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

1.21 - VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO F4000 COM MOTORISTA

C) Será Considerada uma Taxa de I.P.V.A e Seguro Obrigatório de 2,5% / Ano (Sobre o Valor do Chassi)

*IPVA e Seguro Obrigatório de 2,5% a.a

$$\frac{(VU + 1) \times VN \times 0,025}{2 \times VU \times 12}$$

Onde:
VN=Valor Equipamento (ate 13 anos de fabricação)
j=vida útil(5 anos)

Nº de Veículo Utilitário	3,00	(und)
Valor dos Chassis	101.122,00	(R\$)
Valor da Carroceria (1)	25.280,50	(R\$)
Valor do Equipamento	126.402,50	(R\$)
I.P.V.A e Seguro Obrigatório (Chassi)	126,40	(R\$/mês)
Custo / Equipamento	126,40	(R\$/mês)
Custo Todos os Equipamentos	379,20	(R\$/mês)
Custo Mensal - C	379,20	(R\$/mês)
Custo do Período do Contrato	4.550,40	(R\$/ano)

D) Manutenção

$$CM = \frac{VN \times K}{VU \times 12}$$

Onde,
VN – valor do veículo novo (Chassi+comp.)
K – coeficiente de proporcionalidade para manutenção
VU=vida útil(5 anos)

Nº de Veículo Utilitário	3,00	(und)
Valor dos Chassis	101.122,00	(R\$)
Valor da Carroceria (1)	25.280,50	(R\$)
Valor do Equipamento	126.402,50	(R\$)
Vida útil do Equipamento (VU)	5,00	(anos)
Coef. Mensal de Manutenção equipamento	0,90	
Custo / Equipamento	1.896,04	(R\$)
Custo Todos os Equipamentos	5.688,12	(R\$)
Custo Mensal - D	5.688,12	(R\$/mês)
Custo do Período do Contrato	68.257,44	(R\$/ano)

Gastos com reparos, incluindo materiais, peças e acessórios de reposição correspondem ao coeficiente de reparos de 0,90, incidente sobre o valor de aquisição do equipamento, com vida útil de 5 anos

REFERÊNCIA
Conforme manual do TCE/CE e do Manual de Orientação para Análise de Serviços de Limpeza Urbana – TCE/GO.

Total Custo Fixo

Custo Mensal (A+B+C+D)	13.635,69	(R\$/mês)
Custo do Período do Contrato	163.628,28	(R\$/ano)

E) Lubrificação e Lavagem

* troca de óleo:

Cárter -15L a cada 2.500 Km.
Cx. mudança/diferencial - 5L /5L a cada 10.000 Km.
Hidráulico -10L em 10.000 Km.
Consumo de graxa - 0,0010 Kg/km
Gasto com filtros representa 10% das despesas com lubrificantes,
Lavagem :(4 por mes)

Custo Variável

Quantidade de Óleo Motor	15,00	(l/2.500km)
Quantidade de Óleo Hidráulico	10,00	(l/10.000kr)
Quantidade de Óleo Transmissão	10,00	(l/10.000kr)
Quantidade de Graxa Lubrificante	0,0010	(kg/km)
Consumo Óleo Motor	0,00600	(l/km)
Consumo Óleo Hidráulico	0,00100	(l/km)
Consumo Óleo de Transmissão	0,00100	(l/km)
Consumo Graxa Lubrificante	0,00100	(kg/km)
Preço Unitário Óleo Motor	42,50	(R\$/l)
Preço Unitário Óleo Hidráulico	42,50	(R\$/l)
Preço Unitário Óleo Transmissão	42,50	(R\$/l)
Preço Unitário Graxa Lubrificante	62,39	(R\$/kg)
Custo Unitário por Km	0,40	(R\$/km)
Percurso Mensal	3.640,00	(km)
Custo Mensal Lubrificante	1.456,00	(R\$)
Filtros % Sobre Custo Do Lubrificante	10,00	(%)

REFERÊNCIA
Conforme manual do TCE/CE e do Manual de Orientação para Análise de Serviços de Limpeza Urbana – TCE/GO.

Antonia Joyce Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

DATA: SETEMBRO/2023

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

1.21 - VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO F4000 COM MOTORISTA

Custo Mensal Filtros	145,60 (R\$)
Lavagem (4 por Mês) - (*)	1.800,00 (R\$)
(*) 3 veic x 4 lav, x R\$ 150,00= 1.800,00	
Custo Mensal - F	3.401,60 (R\$/mês)
Custo do Período do Contrato	40.819,20 (R\$/ano)
F) Pneus e Câmaras	
* vida útil de 35.000 km, inclusive 01 jogo de recapagem	
Nº de Pneus (215/65R16)	6,00 (und)
Nº de Recapagens	2,00 (und)
Quilom. de Troça/Recapa	35.000,00 (km)
Preço Unit. de Pneus+câmara	760,00 (R\$)
Preço Unit. de Recapagens	268,00 (R\$)
Custo C/Pneus e Recapagem	5.096,00 (R\$)
Percurso Mensal Total	3.640,00 (km)
Percurso Mensal/Veículo	1.213,33 (km)
Custo Mensal/Veículo	176,66 (R\$)
Custo Mensal - F	529,98 (R\$/mês)
Custo do Período do Contrato	6.359,76 (R\$/ano)
Total Custo Variável	
Custo Mensal(E+F)	3.931,58 (R\$/mês)
Custo do Período do Contrato	47.178,96 (R\$/ano)
Total Mensal Item - 02	R\$ 17.567,27
Total Período do Contrato Item - 02 (Operação da Frota)	R\$ 210.807,24

REFERÊNCIA

Informe manual do TCE/CE e do Manual de Orientação para Análise de Serviços de Limpeza Urbana – TCE/GO.

03) Uniformes e Ferramentas

A) Fardamentos e EPI's

Motorista	Quant/Ano	Custo Unitário (R\$)	Custo Total Mensal (R\$)
Calça Comprida de Brim	6,00	R\$ 80,00	R\$ 480,00
Camisa de Brim c/ Manga	6,00	R\$ 95,00	R\$ 570,00
Calçado e Meias	6,00	R\$ 47,52	R\$ 285,12
Boné	3,00	R\$ 13,50	R\$ 40,50
SubTotal Fardamentos Motorista			R\$ 1.375,62

Motorista	Quantidade de Pessoa	Custo Conjunto	Custo Total (R\$)
	3,00	R\$ 114,64	R\$ 343,92
Total Mensal Item - A			R\$ 343,92
Custo Período do Contrato - A			R\$ 4.127,04

B) Ferramentas por Veículo

	Quant/Ano	Custo Unitário (R\$)	Custo Total Mensal (R\$)
Vassourão	6,00	R\$ 29,96	R\$ 179,76
Pá Quadrada	2,00	R\$ 27,95	R\$ 55,90
Garfo de 08 Dentes	4,00	R\$ 46,33	R\$ 185,32
Sub Total - Ferramentas			R\$ 421,00

Número de Veículo	3,00
Total Mensal Item - B	R\$ 105,24
Custo Período do Contrato - B	R\$ 1.262,88

Antônia Joyce Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

DATA: SETEMBRO/2023

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

1.21 - VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO F4000 COM MOTORISTA

Total Mensal Item - 03 R\$ 449,16

Total Período do Contrato Item - 03 R\$ 5.389,92
(Uniformes e Ferramentas)

Total Mensal do Custo Direto (Itens 01 + 02 + 03) R\$ 32.631,23

Total dos Custos Direto Período do Contrato R\$ 391.574,70
(Itens 01+02+03)

Custo Total Geral (01+02+03)	
Mensal	R\$ 32.631,23
Total Mensal	R\$ 32.631,23
Quantidade horas/mês	624,00 (h/mês)
Custo Unitário por hora =	R\$ 52,29

Victoria Jove Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

DATA: SETEMBRO/2023

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

1.22 - CAMINHÃO COMPACTADOR 12M³ COM MOTORISTA

A) Dados para Dimensionamento

Número de Veículos	2,00 (und)
Dias Úteis do Mês	26,00 (dias)
Horas/veículo- Dia	8,00 (h/dia)
Horas/veículo- Mês	208,00 (h/mês)
Horas Total- Mês	416,00 (h/mês)
Percuso Percorrido - Dia (*)	140,00 (km/dia)
Percuso Percorrido - Mês	3.640,00 (km/mês)

(*) Coleta: 6h x 5km/h = 30km x 2 veículos = 60km

Ida/Volta ao Aterro: 1h x 40km/h = 40km x 2 veículos = 80km

Total dia 140km

1h: Tempo gasto com deslocamento de ida/volta da garagem + tempo de descarga



B) Previsão do Número de Veículos

Quadro Resumo	
DISCRIMINAÇÃO	Veículo Compactador 12m ³
Nº de Veículo Adotado:	2,00

C) Dimensionamento do Pessoal

Guarnição por Caminhão: Para cada Veículo: Uma Guarnição Composta de 01 Motorista

Período diurno incluso reserva técnica	
Motorista	2,00
Total geral (para o serviço)	
Motorista	2,00

01) Mão de Obra

A) Salário	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
	Motorista (*)	2,00	R\$ 2.072,66
Sub Total - A			R\$ 4.145,32
B) Insalubridade	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
	Motorista (20% do SM)	2,00	R\$ 264,00
Sub Total - B			R\$ 528,00
Sub Total (A+B)			R\$ 4.673,32
C) Leis Sociais (%)	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
	Encargos Sociais	71,07%	R\$ 3.321,33
Sub Total - C			R\$ 3.321,33
Sub Total (A+B+C) Mensal			R\$ 7.994,65
Sub Total (A+B+C) Para 12 Meses			R\$ 95.935,80
D) Café da Manhã(**)	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)

Antonia Joyce Rodrigues Diriz
Engenheira Civil
CREA / CE: 353335

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE

DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

DATA: SETEMBRO/2023

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

1.22 - CAMINHÃO COMPACTADOR 12M³ COM MOTORISTA

Motorista	2,00	R\$ 113,63	R\$ 227,25
Sub Total - D		(**) 4,50 x 25,25 dias=113,63	R\$ 227,25

E) Vale Refeição(**)	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
Motorista	2,00	R\$ 570,65	R\$ 1.141,30
Sub Total - D		(**) 22,60 x 25,25 dias=570,65	R\$ 1.141,30

F) Cesta Básica(*)	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
Motorista	2,00	R\$ 190,00	R\$ 380,00
Sub Total - D			R\$ 380,00

Sub Total (D+E+F) Mensal **R\$ 1.748,55**

Sub Total (D+E+F) Para 12 Meses **R\$ 20.982,60**

Total Mensal Item - 01 **R\$ 9.743,20**

Total Período do Contrato Item - 01 **R\$ 116.918,40**
(Mão de Obra Direta)

(*) Fonte: CCT n^oCE000565/2022 do SETCARCE - Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

(***) Salário mínimo R\$ 1.320,00 a partir de 1^o de maio/2023

02) Operação da Frota

Custo Fixo

A) Depreciação Serão Considerados Valores Residuais de 20% do Valor do Chassis e do Compactador, Respectivamente Durante a Vida Útil

Dep.=d x VN/12

Onde,
VN=Valor Equipamento (ate 13 anos de fabricação)

(*) d=Coeficiente de depreciação

(*) d=(1-VR/100)/VU onde.

VR= Valor residual (20%)

VU=vida útil(5 anos)

(¹)Equivalente a 30% do conjunto

Nº de Compactador	2,00	(und)
Valor dos Chassis	275.997,00	(R\$)
Valor do Compactadora (¹)	118.284,43	(R\$)
Valor do Equipamento	394.281,43	(R\$)
Vida útil do Equipamento	5,00	(anos)
Coef. de Depreciação do Equipamento	0,1600	(mês)
Deprec. Mensal 01 Equipamento	5.257,09	(R\$)
Deprec. Mensal Todos Equipamentos	10.514,18	(R\$)
Custo Mensal - A	10.514,18	(R\$/mês)
Custo do Período do Contrato	126.170,16	(R\$/ano)

(*) Obs.: Para equipamentos fora do prazo de vida útil, isto é, com mais de 5 anos de uso, considerar inexistente o custo com depreciação, visto este já ter ocorrido durante sua vida útil.

B) Remuneração do Capital Investido

RC=[(VU+1)xVN/(2xVU) x i]/12

Onde,
VN=Valor Equipamento (ate 13 anos de fabricação)

VU=vida útil(5 anos)

i= A Taxa Selic hoje está em 13,25% ao ano.

Nº de Compactador	2,00	(und)
Valor dos Chassis	275.997,00	(R\$)
Valor do Compactadora (¹)	118.284,43	(R\$)
Valor do Equipamento	394.281,43	(R\$)
Vida útil do Equipamento (VU)	5,00	(anos)
TX. de Juros Anual (i)	13,25	(%)
Remuneração Mensal 01 Equipamento	2.612,11	(R\$)
Remuneração Mensal Todos Equipamentos	5.224,22	(R\$)
Custo Mensal - B	5.224,22	(R\$/mês)

Alexsandra J. de S. Rodrigues Brito
Engenheira Civil
CREA / CE: 353335



COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

1.22 - CAMINHÃO COMPACTADOR 12M³ COM MOTORISTA

Custo do Período do Contrato **62.690,64 (R\$/ano)**

C) Será Considerada uma Taxa de I.P.V.A e Seguro Obrigatório de 2,5% / Ano (Sobre o Valor do Chassi)

*IPVA e Seguro Obrigatório de 2,5% a.a

Nº de Compactador	2,00	(und)
Valor dos Chassis	275.997,00	(R\$)
Valor do Compactadora (1)	118.284,43	(R\$)
Valor do Equipamento	394.281,43	(R\$)
I.P.V.A e Seguro Obrigatório (Chassi)	345,00	(R\$/mês)
Custo / Equipamento	345,00	(R\$/mês)
Custo Todos os Equipamentos	690,00	(R\$/mês)

Custo Mensal - C **690,00 (R\$/mês)**
Custo do Período do Contrato **8.280,00 (R\$/ano)**

$$\frac{(VU + 1) \times VN \times 0,025}{2 \times VU \times 12}$$

Onde:
 VN=Valor Equipamento (ate 13 anos de fabricação)
 VU=vida útil(5 anos)

D) Manutenção

Nº de Compactador	2,00	(und)
Valor dos Chassis	275.997,00	(R\$)
Valor do Compactadora (1)	118.284,43	(R\$)
Valor do Equipamento	394.281,43	(R\$)
Vida útil do Equipamento (VU)	5,00	(anos)
Coef. Mensal de Manutenção equipamento	0,90	
Custo / Equipamento	5.914,22	(R\$)
Custo Todos os Equipamentos	11.828,44	(R\$)

Custo Mensal - D **11.828,44 (R\$/mês)**
Custo do Período do Contrato **141.941,28 (R\$/ano)**

$$CM = \frac{VN \times K}{VU \times 12}$$

Onde,
 VN – valor do veículo novo (Chassi+comp.)
 K – coeficiente de proporcionalidade para manutenção
 VU=vida útil(5 anos)

Gastos com reparos, incluindo materiais, peças e acessórios de reposição correspondem ao coeficiente de reparos de 0,90, incidente sobre o valor de aquisição do equipamento, com vida útil de 5 anos

REFERÊNCIA
 Conforme manual do TCE/CE e do Manual de Orientação para Análise de Serviços de Limpeza Urbana – TCE/GO.

Total Custo Fixo

Custo Mensal (A+B+C+D) **28.256,84 (R\$/mês)**
Custo do Período do Contrato **339.082,08 (R\$/ano)**

E) Lubrificação e Lavagem

Custo Variável

* troca de óleo:

Quantidade de Óleo Motor	15,00	(l/2.500km)
Quantidade de Óleo Hidráulico	10,00	(l/10.000kr)
Quantidade de Óleo Transmissão	10,00	(l/10.000kr)
Quantidade de Graxa Lubrificante	0,0010	(kg/km)
Consumo Óleo Motor	0,00600	(l/km)
Consumo Óleo Hidráulico	0,00100	(l/km)
Consumo Óleo de Transmissão	0,00100	(l/km)
Consumo Graxa Lubrificante	0,00100	(kg/km)
Preço Unitário Óleo Motor	42,50	(R\$/l)
Preço Unitário Óleo Hidráulico	42,50	(R\$/l)
Preço Unitário Óleo Transmissão	42,50	(R\$/l)
Preço Unitário Graxa Lubrificante	62,39	(R\$/kg)
Custo Unitário por Km	0,40	(R\$/km)
Percurso Mensal	3.640,00	(km)
Custo Mensal Lubrificante	1.456,00	(R\$)
Filtros % Sobre Custo Do Lubrificante	10,00	(%)

Cárter -15L a cada 2.500 Km.
 Cx. mudança/diferencial - 5L /5L a cada 10.000 Km.
 Hidráulico -10L em 10.000 Km.
 Consumo de graxa -- 0,0010 Kg/km
 Gasto com filtros representa 10% das despesas com lubrificantes,
 Lavagem : (4 por mes)

REFERÊNCIA
 Conforme manual do TCE/CE e do Manual de Orientação para Análise de Serviços de Limpeza Urbana – TCE/GO.

Antonia Joyce dos Santos Diniz
 Engenharia Civil
 CREA / CE.: 353835

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

DATA: SETEMBRO/2023

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

1.22 - CAMINHÃO COMPACTADOR 12M³ COM MOTORISTA

Custo Mensal Filtros	145,60 (R\$)
Lavagem (4 por Mês) - (*)	1.760,00 (R\$)
(*) 2 veic x 4 lav. x R\$ 220,00= 1.760,00	

Custo Mensal - F	3.361,60 (R\$/mês)
Custo do Período do Contrato	40.339,20 (R\$/ano)

F) Pneus e Câmaras

* vida útil de 35.000 km, inclusive 01 jogo de recapagem

Nº de Pneus (275/80R22,5)	6,00 (und)
Nº de Recapagens	2,00 (und)
Quilom. de Troca/Recapa	35.000,00 (km)
Preço Unit. de Pneu+câmara	1.980,00 (R\$)
Preço Unit. de Recapagens	700,00 (R\$)
Custo C/Pneus e Recapagem	13.280,00 (R\$)
Percurso Mensal Total	3.640,00 (km)
Percurso Mensal/Veículo	1.820,00 (km)
Custo Mensal/Veículo	690,56 (R\$)

Custo Mensal - F	1.381,12 (R\$/mês)
Custo do Período do Contrato	16.573,44 (R\$/ano)

Total Custo Variável

Custo Mensal(E+F)	4.742,72 (R\$/mês)
Custo do Período do Contrato	56.912,64 (R\$/ano)

Total Mensal Item - 02	R\$ 32.999,56
-------------------------------	----------------------

Total Período do Contrato Item - 02 (Operação da Frota)	R\$ 395.994,72
---	-----------------------

03) Uniformes e Ferramentas

A) Fardamentos e EPI's

Motorista	Quant/Ano	Custo Unitário (R\$)	Custo Total Mensal (R\$)
Calça Comprida de Brim	6,00	R\$ 80,00	R\$ 40,00
Camisa de Brim c/ Manga	6,00	R\$ 95,00	R\$ 47,50
Calçado e Meias	6,00	R\$ 47,52	R\$ 23,76
Boné	3,00	R\$ 13,50	R\$ 3,38
SubTotal Fardamentos Motorista			R\$ 114,64

Motorista	Quantidade de Pessoa	Custo Conjunto	Custo Total (R\$)
	2,00	R\$ 114,64	R\$ 229,28
Total Mensal Item - A			R\$ 229,28
Custo Período do Contrato - A			R\$ 2.751,36

B) Ferramentas por Veículo

	Quant/Ano	Custo Unitário (R\$)	Custo Total Mensal (R\$)
Vassourão	6,00	R\$ 29,96	R\$ 14,98
Pá Quadrada	2,00	R\$ 27,95	R\$ 4,66
Garfo de 08 Dentes	4,00	R\$ 46,33	R\$ 15,44
Sub Total - Ferramentas			R\$ 35,08

Número de Veículo	2,00
--------------------------	-------------

Total Mensal Item - B	R\$ 70,16
Custo Período do Contrato - B	R\$ 841,92

Antônia Joyce Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

DATA: SETEMBRO/2023



COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS

1.22 - CAMINHÃO COMPACTADOR 12M³ COM MOTORISTA

Total Mensal Item - 03 R\$ 299,44

Total Período do Contrato Item - 03 R\$ 3.593,28
(Uniformes e Ferramentas)

Total Mensal do Custo Direto (Itens 01 + 02 + 03) R\$ 43.042,20

Total dos Custo Direto Período do Contrato R\$ 516.506,40
(Itens 01+02+03)

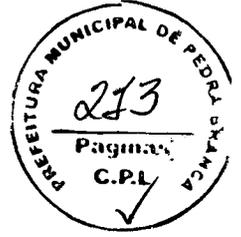
Custo Total Geral (01+02+03)	
Mensal	R\$ 43.042,20
Total Mensal	R\$ 43.042,20

Quantidade horas/mês 416,00 (h/mês)

Custo Unitário por hora = R\$ 103,47

Antônia Joyce Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335

7. MEMORIAL DE CÁLCULO E QUANTITATIVOS.



Antonia Joyce Rodrigues Diniz
Eng.ª de Pedra Civil
CREA/CE: 353335

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE



MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. DE EQUIP.	HORAS/DIA POR EQUIPAMENTO	DIAS/MÊS	QUANT. HORAS/MÊS
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS				
1.1	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHP)	1,00	8,00	22,00	176,00 H
1.2	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CHP)	1,00	8,00	22,00	176,00 H
1.3	MOTONIVELADORA (CHP)	3,00	8,00	22,00	528,00 H
1.4	TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHP)	1,00	8,00	22,00	176,00 H
1.5	TRATOR DE PNEUS (CHP)	1,00	8,00	22,00	176,00 H
1.6	CAMINHÃO BASCULANTE 6M3 (CHP)	5,00	8,00	26,00	1.040,00 H
1.7	CAMINHÃO BASCULANTE 12M3 (CHP)	3,00	8,00	26,00	624,00 H
1.8	CAMINHÃO TANQUE 8.000 L (CHP)	1,00	8,00	24,00	192,00 H
1.9	CAMINHÃO TANQUE 6.000 L (CHP)	1,00	8,00	24,00	192,00 H
1.10	CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 136 (CHP)	2,00	8,00	24,00	384,00 H
1.12	RETROESCAVADEIRA DE PNEUS (CHP)	4,00	8,00	26,00	832,00 H
1.13	ROÇADEIRA REBOCÁVEL (CHP)	1,00	8,00	22,00	176,00 H
1.14	VIBRO ACABAD. DE MISTURA BETUM. (CHP)	1,00	8,00	8,00	64,00 H
1.15	CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE LIGANTE (CHP)	1,00	8,00	8,00	64,00 H
1.16	COMPAC. DE PNEUS PRES. VAR. AUTOPR. (CHP)	1,00	8,00	8,00	64,00 H
1.17	COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPÉLIDO (CHP)	1,00	8,00	8,00	64,00 H
1.18	COMPACTADOR DE PLACA VIBRATÓRIA HP 4 (CHP)	1,00	8,00	8,00	64,00 H
1.19	COMPAC. PÉ DE CARNEIRO VIBRAT. AUTOPROP. (CHP)	1,00	8,00	8,00	64,00 H
1.20	CAVALO MECÂNICO C/ PRANCHA 3 EIXOS (CHP)	1,00	8,00	8,00	64,00 H
1.21	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO F4000 COM MOTORISTA	3,00	8,00	8,00	192,00 H
1.22	COMPACTADOR DE LIXO 12M ³ COM MOTORISTA	2,00	8,00	30,00	480,00 H

Antônia Inês de
Braz
CREA/CE: 353335

8 PLANILHA ORÇAMENTARIA



Antonia Joyce Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335 12

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

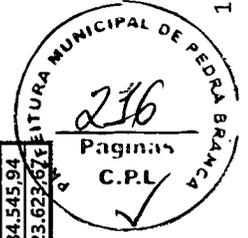
REFERÊNCIA: TABELA SEINFRA 27.1

DATA: OUTUBRO/2023

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID.	QUANT. HORAS MENSAL	QUANT. HORAS ANUAL	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL ANUAL (R\$)
LOTE 01									
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS									
1									
1.1	PB-002	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	122,02	21.474,90	257.698,85
1.2	PB-011	RETROESCAVADEIRA DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H	832,00	9.984,00	58,10	48.342,44	580.109,34
						VALOR TOTAL PARCIAL		69.817,34	837.808,19
2.1	PB-003	MOTONIVELADORA (CHP)	PRÓPRIA	H	528,00	6.336,00	132,46	69.939,78	839.277,33
2.2	PB-020	CAVALO MECÂNICO C/ PRANCHA 3 EIXOS (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	154,18	9.867,58	118.410,93
						VALOR TOTAL PARCIAL		79.807,36	957.688,26
3.1	PB-004	TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	144,20	25.379,82	304.557,79
3.2	PB-005	TRATOR DE PNEUS (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	36,09	6.351,72	76.220,60
						VALOR TOTAL PARCIAL		31.731,54	380.778,39
1.6	PB-006	CAMINHÃO BASCULANTE 6M3 (CHP)	PRÓPRIA	H	1.040,00	12.480,00	74,04	76.999,94	923.999,23
1.7	PB-007	CAMINHÃO BASCULANTE 12M3 (CHP)	PRÓPRIA	H	624,00	7.488,00	82,07	51.210,93	614.531,17
1.8	PB-008	CAMINHÃO TANQUE 8.000 L (CHP)	PRÓPRIA	H	192,00	2.304,00	84,24	16.174,39	194.092,65
1.9	PB-009	CAMINHÃO TANQUE 6.000 L (CHP)	PRÓPRIA	H	192,00	2.304,00	79,22	15.209,49	182.513,89
						VALOR TOTAL PARCIAL		159.594,75	1.915.136,94
5.1	PB-001	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	171,98	30.268,48	363.221,76
5.2	PB-017	COMPACTADOR TANDEN AUTOPROPULSO (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	-56,93	-3.643,80	43.725,62
5.3	PB-016	COMPAC. DE PNEUS PRES. VAR. AUTOPR. (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	99,80	6.387,03	76.644,33
5.4	PB-018	COMPACTADOR DE PLACA VIBRATÓRIA HP 4 (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	21,63	1.384,30	16.611,61
5.5	PB-019	COMPAC. PE DE CARNEIRO VIBRAT. AUTOPROP. (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	93,07	5.956,25	71.475,00
5.6	PB-013	VIBRO ACABAD. DE MISTURA BETUM. (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	161,56	10.339,93	124.079,16
5.7	PB-014	CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE LIGANTE (CHP)	PRÓPRIA	H	64,00	768,00	119,99	7.679,09	92.149,09
						VALOR TOTAL PARCIAL		65.658,88	787.906,57
1.21	PB-022	COMPACTADOR DE LIXO 12M³ COM MOTORISTA	PRÓPRIA	H	480,00	5.760,00	103,47	49.665,60	595.987,20
1.10	PB-010	CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 136 (CHP)	PRÓPRIA	H	384,00	4.608,00	72,26	27.747,80	332.973,62
1.12	PB-012	ROÇADEIRA REBOCAVEL (CHP)	PRÓPRIA	H	176,00	2.112,00	4,89	860,20	10.322,40
1.20	PB-021	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO F4000 COM MOTORISTA	PRÓPRIA	H	192,00	2.304,00	52,29	10.039,68	120.476,16
						VALOR TOTAL PARCIAL		88.313,28	1.059.759,38
TOTAL SIMPLES								494.923,15	5.939.077,73
VALOR DO BDI - 26,68%								132.045,50	1.584.545,94
TOTAL GERAL								626.968,65	7.523.623,67

Atornado por **Antônio Rodrigues Diniz**
Engenheiro Civil
CREA / CE: 353335



9 CRONORAMA FÍSICO-FINANCEIRO



Antonia Jorgette Rodrigues Diriz
Engenheira Civil
CREA/CE: 353335

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
 OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
 DATA: SETEMBRO/2023

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	%	TOTAL R\$	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS		6º MÊS	
				VALOR R\$	%										
1.0	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	100,00%	7.523.623,67	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%
	VALORES SIMPLES	100,00%	7.523.623,67	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%
	VALORES ACUMULADOS			626.968,65	8,33%	1.253.937,30	16,67%	1.880.905,95	25,00%	2.507.874,60	33,33%	3.134.843,25	41,67%	3.761.811,90	50,00%
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	%	TOTAL R\$	7º MÊS		8º MÊS		9º MÊS		10º MÊS		11º MÊS		12º MÊS	
1.0	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	100,00%	7.523.623,67	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%
	VALORES SIMPLES	100,00%	7.523.623,67	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%	626.968,65	8,33%
	VALORES ACUMULADOS			4.388.780,55	58,33%	5.015.749,20	66,67%	5.642.717,85	75,00%	6.269.686,50	83,33%	6.896.655,15	91,67%	7.523.623,67	100,00%



Antônia Inês
 Engenheira Civil
 CREA/CE: 33335



10 COMPOSIÇÃO DE BDI



Antonia Joyce Rodrigues Diniz 4
Engenheira Civil
CREA / CE: 353335

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
 OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS
 UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
 DATA: SETEMBRO/2023



COMPOSIÇÃO DE BDI

CÓD	DESCRIÇÃO	%
	DESPESAS INDIRETAS	
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,15%
R	RISCOS	1,20%
	DESPESAS INDIRETAS	6,35%
CÓD	DESCRIÇÃO	%
	BENEFÍCIO	
S + G	GARANTIA / SEGUROS	0,80%
L	LUCRO	6,16%
	BENEFÍCIO	6,96%
CÓD	DESCRIÇÃO	%
	IMPOSTOS	10,15%
I	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS	2,00%
	CPRB	4,50%
	TOTAL DOS IMPOSTOS	10,15%

BDI = 26,68%

$$BDI = (1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L) / (1 - I) - 1$$

Witória J. Rodrigues Diniz
 Eng.ª de Pedra Branca
 CREA / CE: 353335



11 ENCARGOS SOCIAIS



Antonia Joyce Rodrigues Diniz
Engenheira Civil
CREA / CE: 353335

ENCARGOS SOCIAIS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TABELA 027.1		TABELA 027	
		HORISTA (%)	MENSALISTA (%)	HORISTA (%)	MENSALISTA (%)
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SEST	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,84%	0,00%	17,84%	0,00%
B2	FERIADOS	3,71%	0,00%	3,71%	0,00%
B3	AUXÍLIO ENFERMIDADE	0,87%	0,67%	0,87%	0,67%
B4	13º SALÁRIO	10,80%	8,33%	10,80%	8,33%
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,72%	0,56%	0,72%	0,56%
B7	DIAS DE CHUVAS	1,55%	0,00%	1,55%	0,00%
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
B9	FÉRIAS GOZADAS	8,71%	6,73%	8,71%	6,73%
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE A	44,41%	16,46%	44,41%	16,46%
GRUPO C					
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,40%	4,17%	5,40%	4,17%
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,13%	0,10%	0,13%	0,10%
C3	FÉRIAS (INDENIZADAS)	4,85%	3,75%	4,85%	3,75%
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	3,90%	3,01%	3,90%	3,01%
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,45%	0,35%	0,45%	0,35%
C	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM NÃO INCIDÊNCIA DE A	14,73%	11,38%	14,73%	11,38%
GRUPO D					
D1	REINCIDÊNCIA DE A SOBRE B	7,46%	2,77%	16,34%	6,06%
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,45%	0,35%	0,48%	0,37%
D	TOTAL DE REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	7,91%	3,12%	16,82%	6,43%
TOTAL (A+B+C+D)		83,85%	47,76%	112,76%	71,07%



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20231281651

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

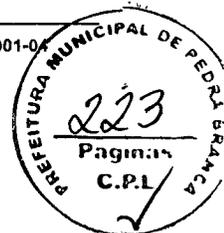
INICIAL

1. Responsável Técnico
ANTONIA JOYCE RODRIGUES DINIZ
 Título profissional: ENGENHEIRA CIVIL
 RNP: 0619937998
 Registro: 353335CE

2. Dados do Contrato
 Contratante: Prefeitura Municipal de Pedra Branca
 RUA JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA
 Complemento: Bairro: CENTRO
 Cidade: PEDRA BRANCA UF: CE CEP: 63630000
 Contrato: 0002 Celebrado em: 20/09/2023
 Valor: R\$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
 Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço
RUA JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA Nº: 10
 Complemento: Bairro: CENTRO
 Cidade: PEDRA BRANCA UF: CE CEP: 63630000
 Data de Início: 20/09/2023 Previsão de término: 20/09/2024 Coordenadas Geográficas: -5.453949, -39.716386
 Finalidade: Infraestrutura Código: Não Especificado
 Proprietário: Prefeitura Municipal de Pedra Branca CPF/CNPJ: 07.726.540/0001-04

4. Atividade Técnica



	Quantidade	Unidade
1 - Assessoria		
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > #4.2.2 - DE INFRAESTRUTURA PARA VIAS URBANAS	1,00	un
80 - Projeto > TRANSPORTES > SISTEMAS DE TRANSPORTE, TRÁFEGO E TRÂNSITO > DE SISTEMA DE TRANSPORTE > #4.10.1.2 - URBANO	1,00	un
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #4.1.3 - DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	1,00	un
80 - Projeto > SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS > #6.2.3.4 - DA CONSTRUÇÃO CIVIL	1,00	un
80 - Projeto > AGRONOMIA, AGRÍCOLA, FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA > CONSTRUÇÕES PARA FINS AGROPECUÁRIOS, AGROINDUSTRIAIS, AQUÍCOLAS E FLORESTAIS > #39.27.4 - DE ESTRADAS RURAIS	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > #4.2.2 - DE INFRAESTRUTURA PARA VIAS URBANAS	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > SISTEMAS DE TRANSPORTE, TRÁFEGO E TRÂNSITO > DE SISTEMA DE TRANSPORTE > #4.10.1.2 - URBANO	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #4.1.3 - DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS > #6.2.3.4 - DA CONSTRUÇÃO CIVIL	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > AGRONOMIA, AGRÍCOLA, FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA > CONSTRUÇÕES PARA FINS AGROPECUÁRIOS, AGROINDUSTRIAIS, AQUÍCOLAS E FLORESTAIS > #39.27.4 - DE ESTRADAS RURAIS	1,00	un
61 - Fiscalização de serviço técnico > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > #4.2.2 - DE INFRAESTRUTURA PARA VIAS URBANAS	1,00	un
61 - Fiscalização de serviço técnico > TRANSPORTES > SISTEMAS DE TRANSPORTE, TRÁFEGO E TRÂNSITO > DE SISTEMA DE TRANSPORTE > #4.10.1.2 - URBANO	1,00	un
61 - Fiscalização de serviço técnico > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #4.1.3 - DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	1,00	un
61 - Fiscalização de serviço técnico > SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS > #6.2.3.4 - DA CONSTRUÇÃO CIVIL	1,00	un
61 - Fiscalização de serviço técnico > AGRONOMIA, AGRÍCOLA, FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA > CONSTRUÇÕES PARA FINS AGROPECUÁRIOS, AGROINDUSTRIAIS, AQUÍCOLAS E FLORESTAIS > #39.27.4 - DE ESTRADAS RURAIS	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 3BZW6
 Impresso em: 06/11/2023 às 08:52:36 por: , ip: 45.188.27.191





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
 Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
 Nº CE20231281651

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL



5. Observações

ART de Projeto, Orçamento e Fiscalização de Serviço de locação de máquinas, equipamentos e veículos para diversas utilidades junto a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Antônia Joyce Rodrigues Diniz
 ANTÔNIA JOYCE RODRIGUES DINIZ - CPF: 069.873.353-38

_____ de _____ de _____
 Local data

Prefeitura Municipal de Pedra Branca - CNPJ: 07.726.540/0001-04

9. Informações

- * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- * O comprovante de pagamento deverá ser apensado para comprovação de quitação

10. Valor

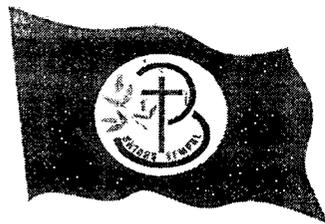
Valor da ART: **R\$ 96,62** Registrada em: **20/09/2023** Valor pago: **R\$ 96,62** Nosso Número: **8216457316**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 3B2w6
 Impresso em: 06/11/2023 às 08:52:37 por: , ip: 45.188.27.191

www.crea-ce.org.br
 Tel: (85) 3453-5800

contato@crea-ce.org.br
 Fax: (85) 3453-5804





PEDRA BRANCA



ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE XXXXXXXXXX COM _____, PARÀ Ó FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Pe. Francisco Rosa, S/N, Centro, PEDRA BRANCA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, através da Secretaria de XXXXXXXX, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Ordenador da Despesa, doravante denominado de CONTRATANTE e, do outro lado, _____, com endereço na Rua _____, Nº _____, bairro _____, em _____, Estado do _____, inscrita no _____ sob o nº _____, representada por _____, CPF nº _____, ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico nº XXXXXX, Processo nº XXXXXX, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1- Processo de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 devidamente homologado pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da Secretaria de XXXXXXXX do Município de PEDRA BRANCA-Ce.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1-O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA DIVERSAS UTILIDADES JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

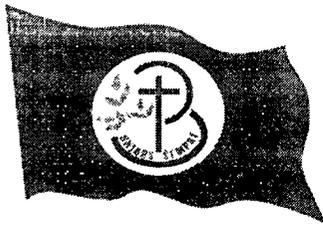
3.1-A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ _____ (_____), conforme planilha a seguir:

LOTE XX

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1-A Contratante se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 4.2-Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, bem como o pagamento das taxas e impostos, empregados e demais despesas necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 4.3-Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4-Providenciar os pagamentos à CONTRATADA à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.
- 4.5-Responsabilizar-se pela totalidade das despesas de combustíveis.



PEDRA BRANCA



CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1-Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Edital, neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 5.2-Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 5.3-Utilizar profissionais devidamente habilitados na execução do objeto contratual;
- 5.4-Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 5.5-Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 5.6-Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal de PEDRA BRANCA por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal de PEDRA BRANCA;
- 5.7-Disponibilizar para vistoria, prontamente, conforme solicitação da contratante, o veículo utilizado para prestação dos serviços;
- 5.8-Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;
- 5.9-Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- 5.10-Responsabilizar-se pela totalidade das despesas tais como: pneus, motorista, manutenção em geral do veículo, taxas, tributos, encargos, e demais despesas diretas e indiretas que incidem sobre a execução do objeto contratual.
- 5.11- É vedada a subcontratação da frota de veículos a serem utilizados acima de 80% (oitenta por cento) dos veículos necessários durante toda a execução do contrato.
- 5.12- A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

- 6.1- O contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.
- 6.2-Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Secretaria de competência, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

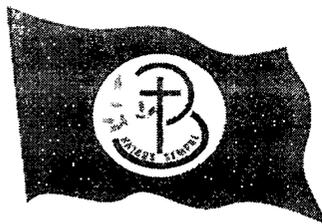
- 7.1- A fatura relativa aos serviços efetivamente prestados e/ou produtos devidamente entregues, deverá ser apresentada à Secretaria de Competência, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.
- 7.2- Caso a fatura acima referida seja devidamente aprovada pela Secretaria de competência, o pagamento será efetivado em favor da CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da data da respectiva aprovação desta.

CLÁUSULA OITAVA - DA FONTE DE RECURSOS

- 8.1- As despesas decorrentes da presente licitação, correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº: As despesas serão consignadas nas seguintes dotações orçamentárias: 04.01.20.122.0037.2.013.0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00, **Fonte de Recurso:** 1.700.0000.00 com recursos do orçamento vigente;

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

- 9.1- Os preços poderão ser reajustados, após 12 (doze) meses, com base nos Índice Geral de Preço de Mercado (IGP-M);



PEDRA BRANCA



CLAUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1- O(A) CONTRATADO(A) fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1- O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

11.2- O(a) contratado(a) ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Recéitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

- a) de 1,0% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na prestação dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de 2,0% (dois por cento) sobre o valor contratual, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 5,0% (cinco por cento) do valor contratual, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de PEDRA BRANCA, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

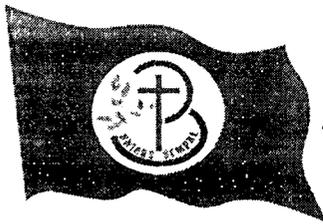
11.3- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 11.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

11.4- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o(a) contratado(a) fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

11.5- As sanções previstas nos incisos III e IV do item 11.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

11.6- As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 11.2 supra, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



PEDRA BRANCA



11.7- A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5,0% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

11.8-As sanções previstas no item 11.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1-A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

12.2-Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

12.3-A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1- Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

13.2- Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

14.1- Fica eleito o foro da Comarca de PEDRA BRANCA, Estado do Ceará, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PEDRA BRANCA, de de

Secretaria xxxxx
CONTRATANTE

Nome do Representante da Empresa
Nome da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

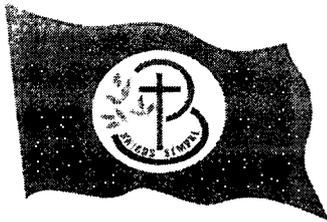
Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:



PEDRA BRANCA



ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO

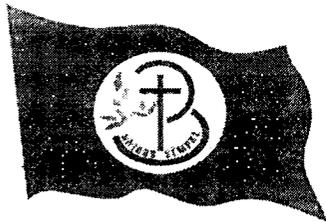
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E OBEDIÊNCIA AS CLÁUSULAS DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXX

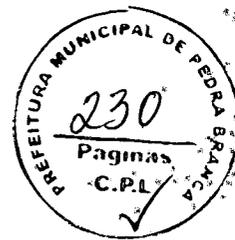
(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada à Rua/Av(Endereço Completo), declara, para todos os fins de direito, que conhecemos e nos submetemos aos termos constantes do Edital nº XXXXXXXX, e de seu(s) Regulamento(s), bem como que temos todas as condições de cumprir às exigências editalícias, tanto no que concerne à apresentação de documentação para a habilitação do certame.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____



PEDRA BRANCA



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXX

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO(A) PROPOÑENTE), DECLARA, para os devidos fins que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____